

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CAMPUS DE CODÓ

LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS/HISTÓRIA

AUGUSTO ALUIZIO DOS REIS SANTOS

**ENTRE O SAGRADO E O PROFANO: O ADVENTO CEMITÉRIAL EM CODÓ -
MARANHÃO**

Codó-MA

201

Augusto Aluizio dos Reis Santos

**ENTRE O SAGRADO E O PROFANO: O ADVENTO CEMITÉRIAL EM CODÓ -
MARANHÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado a Universidade Federal do Maranhão
como requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciado em Ciências Humanas.

Área de habilitação: História

Orientador: Prof. Me. Anne Caroline Nava Lopes

Codó-MA

2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

dos Reis Santos, Augusto Aluizio.

ENTRE O SAGRADO E O PROFANO: : O ADVENTO CEMITÉRIAL EM
CODÓ - MARANHÃO / Augusto Aluizio dos Reis Santos. - 2018.
72 f.

Orientador(a): Anne Caroline Nava Lopes.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas -
História, Universidade Federal do Maranhão, Codó - MA,
2018.

1. Cemitério. 2. Igreja. 3. Morte. 4. Profanação.
5. Sacralização. I. Nava Lopes, Anne Caroline. II.
Título.

Augusto Aluizio dos Reis Santos

**ENTRE O SAGRADO E O PROFANO: O ADVENTO CEMITÉRIAL EM CODÓ -
MARANHÃO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado a Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para a obtenção do título Licenciado em Ciências Humanas/História.

Aprovado em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Anne Caroline Nava Lopes – UFMA – CODÓ
Orientador

Prof. Dr. Silvia Cristiane Nava Lopes – UFMA – PINHEIRO
Examinador

Prof. Ms. Joelma Santos da Silva - IFMA – SÃO LUÍS
Examinadora

*À minha mãe por todo o amor,
dedicação e caminho destinado à
mim e aos meus irmãos. Eu dedico!*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, por alimentar meus sonhos e por sempre apoiar minhas loucuras, ainda que muitas das vezes, não compreenda o significado destas.

Aos meus irmãos, Haroldo Herveson, Handara Maria e Aline Vitória, que sempre me incentivaram à não desistir de meus sonhos.

Ao Leonardo Santos, por sempre me acompanhar nas pesquisas de campo se mostrando um grande amigo além de um incentivador para a realização desta pesquisa.

À Luciana Santos, por me acompanhar nas visitas aos cemitérios e tirar belas fotos do cemitério ou dela em cima dos túmulos.

Ao Leandro Vitorio ao Denys Ferreira ao Marcos Vinicius, por sempre terem se mostrado amigos em todos os momentos desta caminhada.

Ao Aldenilson Oliveira, por motivar nesta pesquisa e por sempre ser um grande amigo.

À Samara Saraiva, pela amizade.

À Julyanna Araujo, por sempre compartilhar suas experiências de sua pesquisa quanto aos cemitérios de Pinheiro.

À todos os professorxs da Universidade Federal do Maranhão, em especial aos professores e professoras Fabiana Lima, Alex Lima, Liliane Correia, Jascira Lima, Edyene Moraes Franciele Monique.

À todos os profissionais desta instituição, em especial ao Gilvan e ao Sr. Edivaldo.

Especialmente à minha orientadora, Anne Caroline Nava Lopes, por sempre dispor de muita paciência, e por todas as vezes que necessário soube cobrar profissionalmente, além dos muitos incentivos que me direcionou.

A morte

“A morte vem de longe

Do fundo dos céus

Vem para os meus olhos

Virá para os teus

Desce das estrelas

Das brancas estrelas

As loucas estrelas

Trânsfugas de Deus

Chega impresentida

Nunca inesperada

Ela que é na vida

A grande esperada!

A desesperada

Do amor fratricida

Dos homens, ai! dos homens

Que matam a morte

Por medo da vida”.

Vinicius de Moraes.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender o processo de profanação da morte na cidade de Codó - MA. Parte-se de uma abordagem crítica da perspectiva de *morte domada*, proposta por Philippe Ariès, de que na Idade Média morria-se serenamente e no leito de seu quarto a caminho da vida eterna, para a nova concepção de morte, que seria a *morte interdita*, selvagem, que é referência na modernidade. O novo sentido que a morte adquiriu na sociedade ocidental, conferiu à esta uma nova representação acerca dos fenômenos sociais, pois compreende-se que dependendo da forma como a sociedade trata o morto e o moribundo, esta prática irá refletir em como é a organização social dos vivos. Nesse sentido, buscou-se discutir os ritos fúnebres e as práticas presentes no sistema cultural da morte na Idade Média e na contemporaneidade, percebendo que os surtos de miasmas ocorridos durante o século XVII e XVIII farão surgir uma nova configuração do trato com o morto com a chegada do século XIX. A nova sensibilidade que se forma a partir do século XIX, baseada no humanismo, no subjetivismo, no capitalismo e na racionalização das relações sociais irão influenciar a forma com que a morte será tratada, passando a esta, um sentimento de distanciamento e reclusão. Nesta nova configuração, a relação entre vivos e mortos passa a ser regulamentada pelo Estado de forma que a morte se torna silenciada e ocultada nas sociedades. Nessa perspectiva observa-se o cemitério como principal representante dessa sensibilidade. Em Codó, o processo de *profanação* da morte irá acontecer de forma efetiva já no século XX com o surgimento do Cemitério Campo Santo, em 1918, ainda que se tenha registros de sepultamentos em necrópoles ainda no século anterior. Assim, tal abordagem busca compreender essa nova representação sobre a morte em tempos de ideais de dessacralização da mesma.

Palavras-chave: Cemitério. Profanação. Morte. Sacralização. Igreja.

ABSTRACT

This study aims to understand the process of profanation of death in the municipality of Codó, Maranhão. We begin from a critical approach of Philippe Ariès' perspective of "tame death", which claimed that in the Middle Age people died peacefully, in their beds and on the way to eternal life. We then observe the new concept of death, which is untamed, uninterrupted death, and the one we most reference in the current times. The new meaning that death obtained in the western society gave it a new representation on social phenomena, as we now understand that depending on the way society treats their dead and moribund, this will reflect on the social organization of the living. In this sense, we aimed to discuss funeral rites and practices that exist in the cultural system of death both in Middle Age and in the current times, realizing that outbreaks of miasmas that occurred during the 17th and 18th centuries will give rise to a new configuration of dealing with the dead in the beginning of the 19th century. This new sensibility that formed at the time, based on humanism, subjectivism, capitalism and the rationalization of social relationships will influence the way how death will be treated, conferring to it a sense of distance and reclusion. In this new configuration, the relationship between the living and the dead will now be regulated by the State, in such a way that death becomes silenced and hidden in societies. From this perspective, we note the cemetery as the main representative of this sensibility. In Codó, the process of profanation of death will happen in an effective way already in the 20th century, with the creation of the Campo Santo cemetery in 1918, even if there are still some records of burials in necropolis in the previous century. Our approach aims to understand this new representation of death in times of growing desacralization of death itself.

Keywords: Cemetery, Profanation, Death, Sacralization, Church.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. No quarto do moribundo. Fonte: Google, 2017.	26
Figura 2. Presença de familiares no quarto do moribundo. Fonte: Google, 2017.	34
Figura 3: Disposição dos túmulos do Cemitério Campo Santo. Fonte: Própria 2017....	56
Figura 4: Entradas do Cemitério Campo Santo: a) Construída em 1918. b) Construída em 1980. Fonte: Própria, 2017.	57
Figura 5: Ruas do Cemitério Campo Santo. Fonte: Própria, 2017.	57
Figura 6: Túmulo do Sr. Thome Soares da Motta, datado de 04/05/1898. Fonte: Própria, 2017.	58
Figura 7: Túmulo próximo à capela. Fonte: Própria, 2017.	60
Figura 8: Túmulos aos fundos do cemitério. Fonte: Própria, 2016.	60
Figura 9: Túmulos do Cemitério La Recoleta (Buenos Aires). Fonte: Própria, 2017...	63
Figura 10: Igreja Santa Filomena (fundação em 1852). Fonte: Google Earth, 2018.	64
Figura 11: Imagem da tampo de túmulo encontrada na Igreja Matriz. Fonte: Própria: 2016.	68
Figura 12: Imagem da tampo de túmulo encontrada na Igreja Matriz, possivelmente de um padre. Fonte: Própria, 2016.	69

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. DE FAMILIAR E COMPANHEIRA A SELVAGERIA: a morte domada.....	20
2.1 A morte domada: contestando uma história dos silêncios.....	20
3. VIDA, MORTE E O CULTO DOS MORTOS NA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA.....	44
4. O CEMITÉRIO CAMPOSANTO EM CODÓ E SEUS IMAGINÁRIOS: expressões profanas da morte	51
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
6. REFERÊNCIAS	72

1. INTRODUÇÃO

Condição última e certa de todo ser vivente, a morte demarca o término da vida. Esta premissa é verdadeira e determina a necessidade de pensarmos mais profundamente sobre a finitude humana. Durante esta pesquisa iremos fazer uso de duas correntes historiográficas, principalmente da *história das mentalidades*¹, que influenciaram e continuam a influenciar o modo como os historiadores interpretam a história.

Para qualquer ser vivente, lidar com sua finitude, com a atual concepção de morte que nos é ensinada, não é uma escolha fácil de realizar. Ao escolher temas que são considerados enquanto tabus em uma sociedade que sempre exige que você siga as linhas que se formam, existe a pressão para que o pesquisador esteja alinhado a alguma linha de raciocínio, isso pode se tornar algo bastante complexo, tendo em vista que diariamente estar sendo lembrado de seu fim. Exercício este que não é realizado por boa parte da população atual. Desta forma, esta pesquisa está em consonância com as possibilidades que a história das mentalidades nos deu em relação aos temas abordados, como sugere Le Goff:

A mentalidade parece revelar-se, de preferência, no domínio do irracional e do extravagante. Daí a proliferação de estudos – alguns notáveis – sobre feitiçaria, heresia e milenarismo; daí também, que, dirigindo a sua atenção para os sentimentos comuns ou de grupos sociais integrados, o historiador das mentalidades faça a sua escolha dando a preferência a temas limites (as atitudes a respeito do milagre ou da morte) ou a novas categorias (os comerciantes na sociedade feudal). (LE GOFF, 1995, p. 75).

Nesse aspecto, a História das Mentalidades ao abordar as atitudes e representações coletivas abriu caminho para o estudo da existência dos homens, mas também para o fim desta existência rompendo com silêncios e lacunas e reagindo a estes.

Nesse sentido, analisaremos a singularidade da morte a partir de duas formas historiográficas que se entrelaçam ao pensarem o fenômeno da morte: a primeira delas é

¹A história das mentalidades está ligada diretamente à história social. Trata-se da história de como os grupos de homens pensam ou pensaram história humana ao longo dos anos. Ou, como sugere Vovelle (1987), “estudo das mediações e da relação dialética entre, de um lado, as condições objetivas da vida dos homens e, de outro, a maneira como eles a narram e mesmo como a vivem”. Ou ainda, segundo Mandrou (1979), uma história baseada nas “visões de mundo”.
VOVELLE, Michel. Ideologias e mentalidades. São Paulo: Brasiliense, 1987; p. 15, 17 e 24.

a partir da história de Longa Duração², significativamente a perspectiva de Braudel. Este autor ao observar a história, ele a percebe como um aglomerado de fatos ao longo do tempo que se ligam às situações que perpassam o tempo de vida dos homens.

Tão logo, a escola dos *Annales*³, essencialmente a segunda geração, a qual pertence Braudel, a História social e a história quantitativa, irá desenvolver um papel importante para os estudos que envolvem as questões da morte. A partir desta abertura da história para os estudos novos e sociais tivemos a oportunidade de realizar esta pesquisa e explorar este campo que ainda carece ser melhor conhecido, que, por outro lado, permaneceu por muito tempo silenciado.

Como sugere Ariès (1975), as vidas dos homens ao longo do tempo estiveram marcadas por diacronias e sincronias⁴. As mudanças envoltas sobre a temática da morte ao longo dos períodos são marcadas por uma lentidão, quase imperceptível aos homens, nas quais as exéquias que estão ou estiveram acompanhando a morte durante sua história quase não se modificaram. Desta forma, caberia aos historiadores que decidiram pesquisar a morte, ficarem atentos as mudanças de forma que não as deixem passarem despercebidas as interpretações que acompanharam tais atitudes dos homens ao longo do tempo, sendo que o pesquisador deve ter ciência de que existem tais mudanças, porém pode ocorrer de passar várias series de anos sem modificações, este devendo não se tonar um obcecado na busca por estas mudanças, estando sensível às modificações de mentalidade dos homens e da sociedade.

Na perspectiva de investigação do objeto tanatológico, caberia ao historiador das mentalidades o desafio de compreender um aspecto individual que passaria a ser coletivo, ou seja, o historiador das mentalidades teria um duplo papel – de historiador e sociólogo - ou, de acordo com Le Goff (1995):

O historiador das mentalidades deve também se duplicar em sociólogo. Seu objeto, repentinamente, é o coletivo. A mentalidade de um indivíduo

²A história de Longa Duração serve para que possamos compreender as mudanças acrônicas existente nos estudos históricos, neste caso nos estudos tanatológicos, os quais procuram compreender as mudanças ocorridas, de forma quase imperceptíveis ao longo de várias décadas ou até mesmo séculos.

³ Até o século XX, a historiografia dominante era a que via a história como um fato político, fazendo uso apenas de documentos oficiais como fonte histórica. Essa perspectiva começa a mudar com a revolução dos *Annales* que abre o campo da história para ser pesquisado temas mais variados, é o que acontece com as discursões sobre gênero, o índio na sociedade, o escravo, as representações da morte, entre outros. BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

⁴Na perspectiva de Ariès estas definições estão ligadas diretamente com as mudanças ou permanências dos rituais fúnebres ao longo do tempo.

histórico, sendo esse um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com os outros homens de seu tempo. (LE GOFF, 1995, p. 69).

Ariès, por sua vez, em “*História da Morte no Ocidente*” (1977, p.17), nos alerta para que se quisermos perceber as modificações em volta dos fenômenos da morte, devemos estar sempre atentos em relação às mudanças que acontecem em ritmo lento, quase imperceptível aos olhares desatentos. Indo um pouco mais além, Ariès destaca que, seria um dever do historiador “dilatando seu campo de visão e ampliá-lo a um período maior do que o que separa duas grandes mudanças sucessivas” (Ariès, 1975, p. 17). Nesta perspectiva, cabe ao historiador estar atento às modificações que ocorrem nos ritos da morte, pois, como salienta o próprio autor, em consonância com Braudel (1990), a história da morte é marcada por grandes períodos de continuidades, mas que, em algum momento, dada determinadas situações, ocorrerão modificações profundas.

A outra forma de interpretar a história da morte seria a partir da história das mentalidades, proposta, entre outros expoentes, por Michel Vovelle. Este autor fala que nos últimos anos, principalmente devido a segunda e terceira geração da Escola dos Annales, houve uma abertura para novos estudos, partindo-se para a história social e cultural, respectivamente. Diante disso, surgia, naquele momento, novos olhares em relação à morte. Vovelle, em *Ideologias e mentalidades* (1987), lança mão da sua própria interpretação sobre as atitudes e sensibilidades coletivas. Esta seria a partir de uma perspectiva que percebesse tais modificações em um espaço de tempo em que pudéssemos vê-las, interpretá-las e compreendê-las.

A presente pesquisa visa compreender as mudanças de sensibilidades que ocorreram no trato da morte do século XX ao século XXI, essencialmente, busca compreender como ocorreu a mudança ao lugar dos enterramentos no município de Codó, cidade situada no leste maranhense, a 296 km da capital, São Luís. Nesse sentido, tal pesquisa partirá da concepção de *A morte domada*, proposta por Philippe Ariès, em *História da morte no Ocidente* (1975). Tal concepção perpassa a História das Mentalidades, na perspectiva da história social e estaria em consonância com a história de Longa Duração. Esta permaneceria até o século XIX, e, em alguns casos, sendo percebida até hoje no interior das cidades não industrializadas, de certo é que “até o século XIX, na França, ainda há uma romantização da morte e esta ainda continua a ser domada” (Ariès, 1975, p. 19).

Com efeito, buscou-se compreender em que momento a morte deixa de ser domada e passa a ser interdita- selvagem. Como marco dessa selvageria da morte em Codó teríamos o surgimento do cemitério, neste momento deixa-se de sepultar na Igreja matriz e passa a ser realizado os sepultamentos na nova necrópole erguida ainda no final do século XIX sendo oficializado sua edificação no século seguinte.

Assim sendo, o objeto de estudo central desta pesquisa foi o cemitério Campo Santo e a Igreja Matriz de Codó. Nestes foram observações direta para percebermos tanto a organização do cemitério, quanto para notarmos até que ponto a morte e o advento cemiterial esteve ligado à uma lógica sagra. O intento foi fazer uma pesquisa etnográfica, para registrarmos o surgimento do cemitério nesta cidade e tentar descrever a relação sagrada que morte manteve ao longo do tempo.

A escolha desta metodologia, a etnografia deu-se, pois, segundo Sabirón (2001), esta, enquanto método de investigação antropológico, se restringia a apenas uma mera descrição do evento. Porém, logo em seguida o autor nos coloca que a Etnografia supera a dependência descritiva, aproximando-se de um enfoque pluridisciplinar, já que pluridisciplinares são os saberes disponíveis sobre grupos, instituições e organizações. Já Fonseca (1998), fala que “A etnografia é calcada numa ciência, por excelência, do concreto”. O ponto de partida desse método é a interação entre o pesquisador e seus objetos de estudo, “nativos em carne e osso” (Fonseca, 1998, p.58).

Desta forma, a etnografia nos ajudou nas relações diretas e indiretas que foram estabelecidas durante esta pesquisa. Ajudando-nos, não somente a descrever, mas também, compreender o fenômeno do surgimento do cemitério neste contexto.

Assim, a etnografia não faz apenas um trabalho experimental, na verdade, ela busca estudar seus sujeitos em seu meio social, buscando compreender os diálogos que ocorrem entre os atores que povoam os contextos e atuam.No caso desta pesquisa, as pessoas da Igreja Matriz, as famílias que tiveram seus mortos sepultados tanto nela quanto no cemitério.

Portanto, foram realizadas entrevistas com os anciãos da cidade, os padres e os administradores do cemitério, procurando produzir relações de entrevista pautadas nas premissas de Bourdieu (1998), de uma *comunicação não-violenta*. Uma vez que, na maioria das situações, é o pesquisador quem dirige a entrevista levando-a aos objetivos

a serem alcançados por sua pesquisa. Neste caso instaura-se uma desigualdade, em que o investigador porta capitais econômico, social ou cultural superiores aos dos sujeitos de pesquisa. Surge então, a fundamental necessidade de se reduzir os níveis de uma *violência simbólica*, o que se torna possível mediante uma *escuta ativa e metódica*, pressupondo-se “a submissão à singularidade de sua história particular” (Bourdieu, 1998, p.695).

Após a pesquisa de campo propriamente dita, os dados foram analisados e interpretados. De acordo com Fonseca (1999, p. 66), o método etnográfico exige as seguintes etapas metodológicas: “estranhamento de algum acontecimento do campo; esquematização dos dados empíricos; desconstrução dos estereótipos preconcebidos, comparação utilizando a literatura e sistematização do material em modelos alternativos”, etapas essas que ampararam a interpretação dos dados contextuais colhidos pelos envolvidos na pesquisa. Buscando pensar o método etnográfico como instrumento que pudesse enriquecer a intervenção, depende do diálogo estabelecido entre o pesquisador e seus interlocutores e é nessa área de comunicação que o método etnográfico atua e nos ajudou durante o nosso percurso metodológico.

Desse modo, considera-se inicialmente essencial para qualquer esforço etnográfico, o trabalho de campo e suas técnicas de entrevistas: uso de diários de campo e registros de imagens, técnicas indispensáveis no ato de aproximação entre sujeito e objeto de uma pesquisa etnográfica. Assim diz Laplantine:

A etnografia propriamente dita só começa a existir a partir do momento no qual se percebe que o pesquisador deve ele mesmo efetuar no campo sua própria pesquisa, e que esse trabalho de observação direta é parte integrante da pesquisa. (LAPLANTINE, 2003, p. 75):

Durante a realização de uma pesquisa torna-se imprescindível ter em mente a possibilidade de que em uma pesquisa pode surgir a necessidade de alterar os rumos que se decidiu seguir inicialmente para que se possa percorrer os caminhos das respostas às inquietações do pesquisador. Portanto, no decorrer desta, esta proposta foi passível de modificações que dependeram das ocorrências no percurso do trabalho e dificuldades que foram sendo encontradas, já que todo objeto é formado num processo contínuo de (re)construção. Como diz Bourdieu:

A construção do objeto (...) não é uma coisa que se produza de uma sentada (...) é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por

retoques sucessivos, por toda uma série de correções. (BOURDIEU, 2001, p.26).

Para melhor sistematizar o cumprimento desta proposta foi seguido um roteiro de tarefas, que sofreu várias alterações no decorrer do processo investigativo: revisão bibliográfica, coleta de dados, análise dos dados e produção do texto escrito.

Nesse sentido, esta pesquisa foi dividida em 3 (três) capítulos, no qual o primeiro foi dedicado a uma profunda e exaustiva revisão bibliográfica, essencialmente da perspectiva de da *morte domada* proposta por Ariès. Assim, se buscou pensar as modificações e permanências que ocorreram na morte desde a Idade Média até os tempos atuais – deixando de ser domada e passando a ser selvagem. Na perspectiva de se compreender esta morte selvagem, interessou-nos compreender o processo de medicalização da morte, o qual parte de uma premissa que troca o lugar de morrer na Idade Média – o quarto – para um novo lugar e distanciamento da morte e do moribundo – o hospital.

No segundo capítulo foi realizada uma análise de como a morte é vista e aceita (ou não) pela contemporaneidade a partir da perspectiva teórica sobre seu significado e sua recusa em aceitá-la.

Por último buscamos realizar uma reflexão acerca do processo de construção das sensibilidades fúnebres que se formaram em Codó – MA, no qual partimos do ideal sacralizado de rompimento da morte com a igreja matriz e o surgimento de um ideal de profanação relacionada a criação do cemitério do Campo Santo.

2. DE FAMILIAR E COMPANHEIRA A SELVAGERIA: a morte domada

As transformações do homem diante da morte são extremamente lentas por sua própria natureza ou se situam entre longos períodos de imobilidade. Os contemporâneos não as percebem porque o tempo que as separa ultrapassa o de várias gerações e excede a capacidade da memória coletiva⁵.

2.1 A morte domada: contestando uma história dos silêncios

Condição última e certa de todo ser vivente, a morte demarca o término da vida. Esta premissa é verdadeira e determina a necessidade de pensarmos mais profundamente sobre a finitude humana. Dito isto, ainda que a morte continue enquanto tabu, como nos alerta Elias (2001), vários estudiosos têm se debruçado acerca desta temática que ainda causa estranheza quando se fala em abordar tal tema, denotando ainda o tabu que a cerca. Elias (2001), ao pensar o fenômeno da morte na contemporaneidade nos afirma que esta continua sendo escondida. Não se fala abertamente sobre ela. Entretanto, o autor nos relata que as discussões acerca da sexualidade, por exemplo, têm deixado de ser tabu e já se é permitido o debate acerca desta outra temática:

Em relação à morte, a tendência de isolá-la e ocultá-la tornando-a uma área especial dificilmente terá diminuído desde o século XIX, tendo possivelmente aumentado [...] em relação à agonia e à morte, a representação e o embaraço possivelmente aumentaram. Claramente, a resistência a tratar a morte abertamente, numa relação mais descontraída com os moribundos, é mais forte que no caso da sexualidade. (ELIAS, Norbert, 2001. p. 52).

Na perspectiva de Ariès (1975), um dos fatores que marcou, de forma nevrálgica, em suas interpretações acerca da história da morte no Ocidente foi a concepção do fim da vida, especialmente a partir da perspectiva de “aceitação” da morte na Idade Média, sobretudo, a compreensão de que naquele contexto a morte seria uma “Morte Domada⁶”. Como nos esclarece o próprio autor: “não quero dizer que a morte

⁵Ariès, Philippe. História da Morte no Ocidente: da idade média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Ed Francisco Alves, 1977, p. 13.

⁶ A concepção de *morte domada* proposta por Ariès diz respeito à presença constante desta na Idade Média. Neste período, a morte estava presente, vivos e mortos dividiam espaços. Com a concepção de *morte domada* na Idade Média Ariès não quer dizer que os povos daquele tempo aguardavam calmamente

tenha sido selvagem anteriormente [...] quero dizer, ao contrário, que se tornou selvagem hoje” (ARIÈS, 1975, p. 22). Com isto, o autor nos fala que devido as várias circunstâncias, o fenômeno da morte estava presente no cotidiano dos povos na Idade Média. Lopes (2008), ao pensar o fenômeno da *morte domada*, nos alerta que não se tinha como adiar o fenômeno da morte na Idade Média, e que entre os séculos XIV e XV, não havia como amenizar as dores e tormentos. Portanto, a expectativa de vida era curta, as pessoas morriam em agonias, sabendo que a morte estava ali presente e que a presença das pestes ameaçava as duas existências. Ainda de acordo com a referência citada acima, as terríveis epidemias eram frequentes.

Morrer, pode ter significado dor e tormento na Idade Média. Antigamente, em meados do século XIV e XV, por exemplo, os indivíduos tinham possibilidades de aliviar suas dores e tormentos físicos. Muitas pessoas morreram em terríveis agonias assoladas pelas pestes e muitas delas temiam a morte que as cercavam. (LOPES, 2008, pag. 14).

Entretanto, o que teria contribuído para essa “selvageria da morte” teria sido o afastamento da morte de seus parentes. Enquanto que na Idade Média morria-se no quarto, ao lado de seu parente, a nova concepção de morte que se forma a morte interdita, passa a definir que morrer agora é solitário nos leitos hospitalares.

Compreende-se que Ariès, ao falar da *morte domada*, está se referindo que esta era constante, fazendo parte do cotidiano das pessoas. Ao contrário de outra sensibilidade que começou a se formar em meados do século XIX, segundo Lopes em que esta passa a ser interdita, “selvagem, temida, e privativa”. (Lopes, 2008. p. 15).

Desta forma, antes de adentrarmos na discussão da *morte domada*, cabe colocarmos uma reflexão que Norbert Elias (2001) realiza ao analisar o modo com o qual Ariès compreende a *morte domada*. Elias, assim como Vovelle (em “*Ideologias e mentalidades*”, 1987) realiza críticas ao modo como Philippe Ariès conduz a construção da *morte domada* enquanto categoria.

A crítica do primeiro consiste que, ao constituir esta categoria o autor deixa transbordar sua visão pessoal. Como acrescenta Elias, em *A solidão dos moribundos* (2001), “a seleção de fatos de Ariès se baseia numa opinião preconcebida” (ELIAS,

a morte em seu leito, mas sim nos alerta da familiaridade da mesma para aqueles povos. Como nos alerta Lopes (2008) não é que ela tenha deixado de ser domada na atualidade, é que a mesma se tornou violenta e espetacularizada na modernidade.

2001. p. 19) mostrando que o autor deixa de ter uma vigilância epistemológica de caráter imparcial, realizando juízo de valor sobre seu objeto de pesquisa antes mesmo de tê-lo realizado. Por sua vez, Vovelle, em *Ideologias e mentalidades* (1987), afirma não crer “que tenha havido, jamais, tempo algum em que a morte humana pudesse ter sido “natural”” (VOVELLE, 1987, p. 131), nem que essa tenha sido monolítica ou imutável, também questionando as sincronias de Ariès.

Em síntese, a crítica destes autores é encabeçada pela forma com a qual Ariès naturaliza a aceitação da morte pelos homens medievos. Estes autores estão criticando o fato de Philippe Ariès afirmar que as pessoas durante, principalmente, a Idade Média, não morriam em angústia e em desespero, ou seja, contesta o fato da *morte domada* ser aceita pela população, mas ao contrário, não havia meios de livrar-se ou afastar-se desta. As circunstâncias não permitiam.

Segundo Elias (2001), na sociedade medieval, a vida era curta, não havendo meios, como na contemporaneidade, de amenizar as dores da morte, as guerras eram a regra, o que causara a morte de milhares de pessoas em um curto período de tempo. Era neste ambiente cheio de incertezas e com baixa expectativa de vida, que se situa a *morte domada* de Philippe Ariès. Onde não havia espaço para a calma suposta por este autor.

Ainda se pode contestar que em *A História da Morte no Ocidente* o autor não retrata o medo que a igreja empregava nas pessoas sobre a possibilidade de queimarem no inferno pela eternidade, inclusive, tais imagens permanecem na concepção de muitos das sociedades industrializadas da atualidade. Senão, vejamos:

[...] em resumo, a vida na sociedade medieval era mais curta; os perigos, menos controláveis; a morte, muitas vezes mais dolorosa; o sentido da culpa e o medo da punição depois da morte, a doutrina oficial. Porém, em todos os casos, a participação dos outros na morte de um indivíduo era mais comum. (ELIAS, 2001, p. 23).

A certeza que se tinha era que a morte estava perto de chegar. Sabia-se da possibilidade das epidemias atacarem as comunidades, e mais do que isto, não havia tecnologias suficientes para controlá-las. Não havia cura para as doenças. Os homens viviam se preparando para a morte, a vida era mais uma vida de morte. Desta forma,

essa morte normalizada proposta em *História da morte do Ocidente*, “...tranquila e serena” (LOPES, 2008. p. 14), não era cabível.

Com efeito, Lins (1999), assevera que o medo existia e que não se tinha a pretensão de morrer e que chegar aos quarenta anos já era uma grande conquista:

A vida na Idade Média era muito mais uma vida de morte; a mortalidade era extremamente alta, a expectativa de vida não ultrapassava os trinta anos de idade, aliás, conseguir chegar aos quarenta era uma façanha para poucos [...]. De fato, a morte era familiar e estava presente no cotidiano, contudo, o medo também estava aí, não se queria morrer. (LINS, 1999. p. 17).

Durante a Idade Média, até meados do século XVIII era comum habitar vivos e mortos no mesmo ambiente, algo que é completamente estranho para nós e era para os povos da Antiguidade pagã e cristã. Os antigos, apesar de não haver temor à morte, ela estava delimitada com o seu lugar. Os ocidentais preferiram manter-se afastados dela. Neste momento os mundos dos vivos e dos mortos estão separados. Entretanto, a mentalidade que começa a se fazer presente durante a alta Idade Média (século V ao X) e se consolida na baixa Idade Média (século X ao século XV), traz esta para dentro das metrópoles.

A morte esteve afastada das cidades por um longo período. Até mesmo os sepultamentos eram realizados de forma que o defunto não voltasse para as cidades.

A Lei das Doze Tábuas e o Código Teodosiano alertava para não ser realizados sepultamentos dentro das cidades, até mesmo o Arcebispo de Constantinopla, São João Crisóstomos, alertava para os perigos que era sepultar alguém dentro das cidades, assim o dizia:

Cuide de nunca erguer um túmulo dentro da cidade. Se alguém deixasse um cadáver no lugar em que dormes e comes, o que não faria? “E, entretanto, deixas os cadáveres não onde dormes e comes, mas nos membros do Cristo, ou seja, nas igrejas. (ARIÈS, 1977, p. 22).

Percebe-se que os próprios códigos que serviram como base do direito atual alertavam para o perigo que poderia representar os sepultamentos dentro das cidades. A Lei das Doze Tábuas, por exemplo, proibia os sepultamentos dentro das cidades. Já o Código Teodosiano repete a mesma norma para que se pudesse preservar a santidade das casas.

Vejam, percebe-se que São João Crisóstomos (CRISÓSTOMOS, apud ARIÈS, 1975), nos alerta onde devem ser realizados os sepultados dos mortos - nos membros do Cristo -, por isso, não dá para falar do fenômeno da morte sem se pensar como e onde esta era realizada na Idade Média. Nesse sentido, o foco de discussão desta monografia, parte justamente da análise das mudanças das representações sobre a morte tomando como referência a reestruturação do lugar do sepultamento neste período para o lugar dos sepultamentos na atualidade.

Assim, como vimos que Crisóstomos (apud Ariès, 1975) nos alertava para jamais erguer um túmulo nas cidades. Apesar disto, a mentalidade que se forma na Alta Idade Média é de que os santos teriam dupla função, a de nos livrar do mal em vida e, após a nossa morte, teriam a missão de nos guiar para durante nossa caminhada celeste. Desta forma, a partir desta nova mentalidade, os mortos entraram nas cidades.

Desta forma, os mortos entram nas cidades e se inicia uma prática que irá perdurar por toda a Idade Média.

Em seu livro *História da Morte no Ocidente (1975)*, Ariès nos fala sobre onde eram realizados os sepultamentos na Idade Média. Até o século XII, os sepultamentos eram realizados fora das cidades e não havia distinção entre os túmulos dos cristãos e dos pagãos, todos eram enterrados em covas coletivas, não havendo preocupação com o corpo.

Estes cemitérios em que se sepultavam em valas comuns ainda estavam fora das cidades, tendo em vista que a mentalidade vigente até então era a de que os mortos deveriam estar fora das cidades. Entretanto, com o aumento populacional e o crescimento das cidades, chegará um tempo em que não haverá distinção entre os bairros das cidades e os cemitérios: “Chegou um momento em que desapareceu a distinção entre os bairros periféricos – onde se enterrava ad sanctos, porque se estava extra urbem - e a cidade sempre proibia as sepulturas”. (ARIÈS, 1975, p. 23).

Com o tempo esta prática vai se tornando mais recorrente, o clero, a pessoas de posse entre outras com alguns privilégios financeiros ou religiosos adentram as cidades de forma que:

A separação entre a abadia cemiterial e a igreja catedral foi então apagada. Os mortos, já misturados com os habitantes dos bairros populares da periferia, que se haviam desenvolvido em torno das abadias, penetravam

também no coração histórico das cidades. A partir de então, não houve mais separação entre a igreja e os cemitérios (Ariès, 1975, p. 23).

Como sugere Ariès (1975), na língua medieval a palavra igreja compreendia muito mais do que o espaço que esta ocupava. Todo o espaço que seu pátio estava inserido também fazia parte desta denominação. E, conseqüentemente, o espaço que viera a ser ocupado pelo cemitério, que era dentro da própria igreja, entrava nesta denominação. Ariès (1975) nos ajuda a entender como era constituído o cemitério neste período:

Ele é constituído do pátio retangular da igreja, cuja parede ocupa, geralmente, um de seus quatro lados. Os outros três lados são frequentemente guarnecidos de arcadas ou de carneiros. Acima dessas galerias ficam os ossuários, onde crânios e membros são dispostos com arte – a busca de efeitos decorativos com ossos resultará, em pleno século XVIII, na criação barroca e macabra de imagens que se pode ver ainda, em Roma, por exemplo, na igreja dos capuchinos ou na igreja dela Orazione e dela Morte, atrás do palácio Famese: lustres e enfeites surpreendentemente fabricados com pequenos ossos. (ARIÈS, 1975, p. 24)

Neste mesmo espaço, descrito por Ariès (1975), eram realizadas as missas, as pregações, os sacramentos, as procissões. Tudo era realizado no átrio da igreja. Enquanto neste espaço se realizavam os sepultamentos, as missas também aconteciam sem que houvesse incomodo por parte dos presentes. Entretanto, tais espaços não perdem suas principais características: serem locais públicos.

Estas atitudes da boa convivência podem nos indicar o quanto a morte era familiar, não havendo recusa nem com o evento da morte, muito menos com a constante presença desta última certeza da vida – a morte.

Salienta-se que na transição da Alta para a Baixa Idade Média há uma ligeira modificação no modo com o qual a morte é tratada. Por exemplo, o momento do julgamento final é alterado de forma drástico. Convém-se afirmar que tais modificações não irão fazer surgir uma nova mentalidade em relação a morte para aquela época, mas pretende analisar que a sensibilidade que começa a se formar nesse período começará a marcar a recruza e temida, como na modernidade, entretanto, estas modificações não serão tão perceptíveis aos olhos na população da época, tais modificações só serão perceptíveis ao longos dos séculos éculos, tendo em vista que a história da morte

pertence à longa duração. Portanto, em relação a baixa Idade Média não irá modificar o modo com o qual os homens daquele contexto lidavam com este fenômeno.

Em relação aos rituais fúnebres que são realizados no momento da morte, Ariès (1975), afirma que no momento do “passamento” para o “outro lado”, era o momento do julgamento final.

Na segunda metade da Idade Média, o ritual do “passamento” sofre alteração em seu lugar de realização. Os ritos e as orações que eram realizadas aos mortos no final dos tempos passa a ser realizada no quarto do moribundo, como nos afirma o autor (ARIÈS, 1975, p. 31): “A grande reunião que nos séculos XII e XIII tinha lugar no final dos tempos se faz então, a partir do século XV, no quarto do enfermo”.

Ou, como se observa na imagem que segue, percebe-se a chegada dos seres celestiais, a preparação do julgamento final. Os familiares, as crianças, o espaço “público” que se torna o quarto, todos como deveria ser: calmo e em silêncio. Porém, algo sobrenatural se inicia de um lado toda a corte celestial, buscando salvar mais uma alma para os campos elísios, do lado outro satã e seus demônios, em busca de mais uma alma para queimar eternamente no purgatório: esta seria a imagem do julgamento final:



Figura 1. No quarto do moribundo. Fonte: Google, 2017.

Na alta Idade Média, o julgamento final, de acordo com Ariès (1975), era realizado no final dos tempos. Porém, isso muda na baixa Idade Média. Além disto, este era um ritual público e celestial, no quarto do moribundo estariam reunidos os seres celestes para julgar qual seria o destino da alma daquele defunto:

O moribundo está deitado, cercado por seus amigos e familiares. Está prestes a executar os ritos que bem conhecemos. Mas sucede algo que perturba a simplicidade da cerimônia e que os assistentes não veem, um espetáculo reservado unicamente ao moribundo, que, aliás, o contempla com um pouco de inquietude e muita indiferença. Seres sobrenaturais invadiram o quarto e se comprimem na cabeceira do “jacente”. De um lado, a Trindade, a Virgem e toda a corte celeste e, de outro, Satã e o exército de demônios monstruosos (ARIEËS, 1975, p. 31).

Ainda de acordo com Ariès (1975), este era também o momento do moribundo se arrepender de tudo de ruim que havia feito em vida. O momento de pedir desculpas aos seus próximos. Todos estavam ali, junto a cabeceira de sua cama, era um ritual íntimo vivido publicamente.

Assim, no momento da morte o moribundo já se preparava para o ritual que a antecedia. Este ritual era uma cerimônia simples e pública. O próprio moribundo era o responsável por prepará-la, pois, após sua ida, caberia apenas aos seus parentes e encarregados mais próximos a realizarem todo o ritual de sepultamento para despedirem-se de seu corpo. Desta forma, era realizado o despojamento do corpo do defunto na Idade Média, que até certo ponto da história, fora realizado em valas coletivas, pois, não havia a preocupação com os restos mortais do indivíduo.

De acordo com Ribeiro (2006) só se começa a ter a preocupação em cuidar dos restos mortais dos indivíduos, depois do século XVII, pois, até então, a única preocupação era que os ossos permanecessem perto dos santos, como veremos mais adiante.

Ainda de acordo com Ribeiro (2006), devido essa não preocupação com o corpo, não havia a necessidade da realização de uma demarcação ou identificação de quem ali estava enterrado, principalmente entre os desafortunados, havia a perda de identidade e, ao pobre cabia o esquecimento de sua existência:

Aqueles que foram desprovidos dos meios de produção tornam-se agora desprovidos de identidade, visto que o túmulo ou a sua não existência identifica o indivíduo no meio social, sendo a arte tumular um elemento de diferenciação social. (RIBEIRO, 2006, p. 10).

Pensando na perspectiva dos últimos atos do moribundo, segundo Ariès (1975), o próprio moribundo era o responsável por organizar o seu velório. Ele era previamente avisado que seu fim estava próximo. Este era advertido. O aviso que ele recebera não se tratava de um aviso vindo dos céus, muito pelo contrário, segundo Ariès (1975), os avisos eram a partir de uma convicção íntima, o indivíduo tinha a certeza que chegara sua vez.

Se, por acaso, alguma coisa desse “errado” e o moribundo não partisse, haviam os assistentes que seriam os responsáveis por trazer este ser à uma ordem social novamente.

Não havia meio de *blefar*, de fazer de conta que nada se viu. Se houvesse o blefe “caberia aos assistentes, ao médico, ou ao padre trazê-lo a uma ordem ao mesmo tempo cristã e tradicional” (Ariès, 1975, p. 18).

Na perspectiva de Ariès (1975), ao analisar os aspectos da *morte domada*, retrata os diversos relatos, em diferentes épocas, em que se havia recebido tal aviso. O autor, por sua vez, nos diz que tal aviso não era algo sobrenatural ou divino. Era um aviso da natureza ou apenas uma premonição, que nunca se traduzia em *blefe*, pois, com a constante presença da morte, não havia lugar para tal atitude, o autor fala que “primeiramente são advertidos. Não se morre sem se ter tido tempo de saber que se vai morrer”. (Ariès, 1977, p.17).

Nesse sentido, quando não havia este aviso, esta tratava-se de uma morte cruel, não que as demais deixassem de ser, falamos da morte que não era socialmente aceita. Oposto do que seria a *morte domada*, pois, como retrata Ariès, isto configurava morte excepcional, que era evitada, nem se falava desta em público, conforme Ariès:

Primeiramente, são advertidos. Não se morre sem ter tido tempo de saber que se vai morrer. Ou se trataria da morte terrível, como a peste ou a morte súbita, que deveria ser apresentada como excepcional, não sendo mencionada. Normalmente, o homem era avisado. (Ariès, 1977, p.17).

Pavorosa! Assim era a vista a morte sem preparação. Seria o rompimento de toda uma tradição. Não é permitido que se morra sem se ter tempo de preparar seu ritual fúnebre. Havia uma tradição que deveras ser seguida, não se permite a quebra desta tradição, ou como revela Lopes (2007, p. 24): “Fatídica e pavorosa era a morte

inesperada cuja preparação pessoal ficava comprometida, bem como a preparação dos rituais necessários na nossa cultura fúnebre da época”.

De acordo com Lopes (2008), a “bela morte”, almejada por todos, era serena, tranquila e, em seu quarto. Ao lado de seus parentes e amigos, todos ali o cortejando.

Um acontecimento inevitável, no campo físico e social, contudo, desejado por todos. Todos desejavam ter tempo para planeja-la de acordo com a tradição a sua maneira, sem imprevistos, ou, conforme Reis (2004):

Nesse estilo de morte, o indivíduo administrava seu fim fazendo valer suas palavras. A tradição popular considerava uma “morte bonita”. Mas morrer assim representava um esforço coletivo. Uma boa morte era sempre acompanhada por especialistas em bem morrer e solidários espectadores. Ela não podia ser vivida na solidão. (REIS, 2004, P. 100).

No processo de *morte domada*, desenvolvida por Philippe Ariès, percebe-se outro ponto chave deste conceito: o medo de morrer só. Além de existir o medo de morrer e não ser avisado, que denotaria a ira do ser celeste, o que era considerado uma morte terrível, havia o medo de morrer só.

Por exemplo, madame Montespan (apud ARIÈS, 1975), exigia que suas criadas estivessem sempre gracejando e comendo enquanto esta dormia. Não queria que estas dormissem nem saíssem de perto de sua cama, pois tinha medo de morrer e não haver alguém ao seu lado para ajudá-la. Ariès assevera que a donzela tinha medo de não ser avisada de seu fim, entretanto, quando este chegasse, queria seus criados comendo e gracejando, como deveria de sê-lo:

Tinha principalmente medo de não ser avisada a tempo e também de morrer só. Dormia com todas as cortinas abertas, com muitas velas em seu quarto e com suas guardiãs ao seu redor, as quais, sempre que despertasse, queria encontrar conversando, gracejando, ou comendo para assegurar-se contra sua sonolência. Mas, apesar de suas angustias, 27 de maio de 1707 soube, também ela, que ia morrer e tomou as suas providências. (ARIÈS, 1975, p. 18).

Mas percebe-se, quando esta é avisada que chegara sua hora, ela aceita tal condição e prepara suas exéquias.

Este acontecimento serve de alusão de como em outros tempos havia uma forma mais “leve” e, até certo ponto, menos dolorosa na relação com morte por parte dos

indivíduos. Por isso, usar-se-á a categoria de *morte domada*, desenvolvida por Ariès, para falar sobre esta forma mais amena de os homens lidarem com sua finitude.

Enquanto *morte domada*, esta era uma cerimônia pública e simples. Como nos relata Philippe Ariès, será justamente a simplicidade com a qual a morte é vista durante a Idade Média e a sua “aceitação” que irá caracterizar todo esta época da nossa história (ARIÈS, 1975, p. 21): A simplicidade com que os ritos da morte eram aceitos e cumpridos, de modo cerimonial, evidentemente, mas sem caráter dramático ou gestos de emoções excessivas.

Ressalta-se, que havia ainda a “invasão” do quarto do moribundo, pois esta era uma cerimônia pública, quando passava com o corpo do moribundo havia a “invasão” de seu quarto pela população que o via passando. Até mesmo as crianças assistiam todo o ritual. Somente em meados do século XVIII, com as primeiras preocupações higienistas que haverá as primeiras proibições quanto ao acesso ao quarto do viático.

No momento desta reunião, ou seja, no quarto do moribundo, estavam ali a família, os serviçais e os vassalos. O moribundo, por sua vez, recebia os últimos conselhos de seus familiares. Estes conselhos diziam que deveria despojar-se, distribuir seus bens materiais adquiridos em vida entre os que amava, além de realizar seus últimos desejos afim de que adquira “um bom lugar do outro lado”, ou como acrescenta Duby (1992, p. 124): “Exortar os que lhe sobrevivem a portar-se de forma melhor, e, evidentemente, submeter-se a todos os ritos que o ajudarão a ocupar, no além, uma posição que não lhe seja muito desagradável”.

É justamente esta “invasão” do quarto do moribundo que irá chamar a atenção dos médicos higienistas quanto aos perigos existentes em relação a quantidade de pessoas nos quartos dos agonizantes. Segundo Foucault (apud CAMPOS, 2007), ainda no século XVIII começam a existir as primeiras preocupações quanto à forma com a qual a morte era tratada. Estas preocupações irão gerar inúmeros Códigos Sanitários durante o século seguinte que modificarão desde o lugar da morte quanto o lugar do sepultamento e a forma como a morte passa a ser tratada. Estes primeiros cuidados com a morte vão ter como pano de fundo os miasmas causados pelos necrochorumes resultante da decomposição:

Ainda no século XVII, surgiu a proibição dos sepultamentos em templos, fundamentada na doutrina dos miasmas, pois os médicos recomendavam o

isolamento dos mortos, para fins de proteção aos vivos, e acreditavam que a matéria orgânica em decomposição, inclusive os cadáveres humanos, sob influência de elementos atmosféricos, como a temperatura, a umidade e a direção dos ventos, poderiam gerar miasmas ou vapores nocivos à saúde e infectar o ar. (CAMPOS, 2007, p. 21).

Justamente o caráter de aproximação que havia entre vivos e mortos, na qual era comum estes compartilharem os mesmos espaços, que irá gerar diversos problemas quanto a saúde dos vivos. José Carlos Rodrigues (1983) trata da questão da familiaridade entre vivos e mortos de forma que traduz este “partilhamento” de ambiente. O autor traz em seu livro *Tabu da Morte (1983)*, que dentro dos espaços que eram destinados aos sepultamentos era comum haver vários comerciantes fazendo seus negócios, lavadeiras realizarem seus trabalhos dentro dos muros dos mortos, ao mesmo tempo em que era comum avistar crânios, braços e outros restos mortais naquele espaço.

Esta aproximação e aceitação da morte parecem estar perfeitamente integradas com a ordem social vigente na época, entretanto, as autoridades começam a alertar para os perigos que esta prática representava à saúde dos vivos.

Percebe-se que os mesmos espaços que eram utilizados para sepultamentos dos mortos, os vivos também utilizavam para realizarem suas práticas cotidianas, como por exemplo, dançar. Isto pode ser comprovado, por exemplo, nos códigos que surgiram a partir do século XVII, estes por sua tentavam proibir tais práticas nestes espaços, como demonstra Rodrigues (1983), em que, através do Concílio de Rouen, além de outros códigos que alertavam para os perigos de tais práticas. De acordo com Rodrigues (1983):

Em 1231, por exemplo, o Concílio de Rouen⁷ proíbe que se dance nos cemitérios, sob pena de excomunhão [...] [outro código] de 1405, retoma a proibição de dançar e interdita também os jogos de todas as espécies, as mímicas, os espetáculos de malabarismo, os músicos, o trabalho de charlatões” (RODRIGUES, 1983, P. 109).

Para retratar o modo como o qual os indivíduos na Idade Média estavam habituados com o fenômeno da morte, nos interessa perceber os gestos que eram tomados no momento em que se percebia que a hora da morte havia chegado.

⁷Os concílios são esforços feitos pela igreja ou parte dela para propagar algo que a mesma acredita ser verdadeiro. O concílio de Ruen, era realizado na cidade de Ruão, Cidade localizada na região história da Normandia.

Primeiro a se destacar foi o fato que do mesmo modo que os cristãos morriam os não cristãos também morriam. Como retrato disto podemos utilizar o exemplo citado por Guitton (1495), que é o caso dos Pouget⁸ pessoas simples de meados do século XIX, que observavam os símbolos da natureza e de si mesmo, onde estes reconhecem sua finitude, se preparando para seu fim; ao saber que a “hora de partir” chegara se preparam para tal momento, como nos esclarece Jean Guitton:

Vemos como os Pouget nesses tempos idos (1874) passavam deste mundo para o outro mundo (...). Não tinham pressa em morrer, mas quando viam chegar a hora, sem precipitação nem atraso, como devia ser, morriam cristão. (GUITTON, 1941, p. 14).

Este fenômeno assim permaneceu por uma longa série de séculos. Quando é sabido da hora da partida, a tradição dos costumes indicava que se deveria ser, de acordo com Ariès (1975, p. 19): Despoja-se de suas armas, deitar-se sabiamente no chão; deveria estar no leito [...] estende seus braços [...] de modo que a cabeça estivesse voltada para o oriente, em direção a Jerusalém.

Ao contrário dos Judeus, que se voltava para a parede para morrer, os cristãos do século XIII posicionavam-se com a cabeça voltada para o céu na espera da morte, que não tinha porque tardar.

Após o moribundo se posicionar à espera de sua morte, este deveria realizar os últimos atos do ritual de sua morte: o primeiro deles era o lamento, este era discreto e, como todo o ritual que envolvia este momento, era simples. Esta era a última oportunidade de lembrar-se de suas glórias e feitos em vida. Como demonstra Ariès (1975):

O primeiro ato é o lamento da vida, uma evocação triste, mas muito discreta, dos seres e das coisas amadas, uma sumula reduzida a algumas imagens [...] primeiro lembrou-se “de tantas terras que conquistou, o valente”, em seguida, da doce França, dos homens de sua linguagem, de Carlos Magno, seu senhor que o criou, seu mestre e seus companheiros. Nenhum pensamento para sua mãe nem para sua noiva. Triste e tocante evocação [...] mas essa emoção não dura – como, mas tarde, o luto dos sobreviventes. É um momento do ritual. (ARIÈS, 1975, p. 20).

O segundo ato consistia em um momento de profunda tristeza, era acompanhado de ar de despedida, no qual, parentes e amigos professavam suas derradeiras palavras ao moribundo, buscando o perdoar. Era também o momento de o moribundo pedir

⁸ Tradicional família da França no século XVIII

desculpas pelas suas atitudes em vida. Este gesto era acompanhado de um silêncio profundo, isto até a hora da partida:

Após o lamento da nostalgia da vida, vem o perdão dos companheiros, dos assistentes, sempre numerosos, que o rodeiam no leito do moribundo. Olivier pede perdão à Roland pelo mal que poderia ter feito involuntariamente. (ARIÈS, 1975, p. 20).

Em seguida era o momento de esquecer este mundo e pensar em Deus, era o momento de admitir vossos erros perante o ser supremo e pedir para que este conduza sua alma e a proteja dos perigos que sua alma tenha que passar a caminho do encontro com o “Pai”. como continua Ariès (1975), ao pensar este último ato do morredição:

É tempo agora de esquecer o mundo e pensar em Deus. A prece compõe-se de duas partes: a culpa [...] uma sumula do futuro *confiteor* [...] e o gesto dos penitentes. A segunda parte da prece *commendatio animae*, paráfrase de uma velha prece tomada aos judeus da sinagoga. No francês do século XVI ao século XVII, essas preces, muito desenvolvidas, são chamadas de *recommédaces*. (ARIÈS, 1975, p. 20).

Na alta Idade Média, no momento do passamento surge o único ato que, segundo Ariès (1975), seria eclesiástico, o qual o autor irá chamar de “absolvição sacramental”. Após a confissão do moribundo, o padre incensava o corpo do moribundo e, em seguida, o aspergia com água benta, este ritual era realizado novamente antes do sepultamento.

Após este ritual não era mais pronunciada nenhuma palavra por parte do moribundo, este ficava em silêncio esperando a hora da sua morte chegar, maneira calma e serena, segundo o autor:

Esta era dada pelo padre que lia os salmos, o *Libera*, incensava o corpo e o aspergia com água benta. Essa observação também era repetida perante o corpo no momento de seu sepultamento. Chamamo-la “absolvição de corpo presente”. Mas esta expressão nunca empregada na linguagem comum: nos testamentos dizia-se *arrecommédaces*, o *Libera*, etc. (ARIÈS, 1975, p. 20).

Desta forma era realizado todo o ritual que envolvia a morte. Não havendo espaço para alardes quanto a morte. Ela estava entre todos: era questão de tempo para que esta chegasse. Por mais que houvesse a recusa, não havia o desespero em saber que era o momento de partir.

Os rituais em volta da morte era um espetáculo público, o quarto do defunto era como um salão de festa. Todos estavam convidados, ao contrário do que acontece na modernidade, as crianças medievais participavam deste momento. Como se segue na imagem, todos os familiares estavam ali fazendo companhia ao agonizante, para que este não sentir-se solitário.



Figura 2. Presença de familiares no quarto do moribundo. Fonte: Google, 2017.

Não havia a necessidade de esconder a morte dos pequenos. As imagens vigentes no imaginário moderno são frutos da nova sensibilidade que começa a ser formar a partir do século XVIII, no qual a morte passa a ser temida, ocultada o máximo que podemos. Já não se fala mais abertamente acerca desse assunto.

E o desfecho deste espetáculo, dependendo da posição social do defunto, se dava no altar da igreja. A morte espetacularizada permanece como forma de despedida funerária por um longo período de tempo, modificando-se somente como advento das ciências médicas e o processo de interdição da morte.

Como percebemos nessa presente discussão, a forma pela qual os homens lidaram com a morte aos longos dos anos irá sofrer diversas modificações. Ainda no século XIII, de acordo com Vissière (2013), a igreja proibiu as danças dentro do seu

interior, como pena, haveria a excomunhão dos desertores, pois isso significaria desrespeito ao local sagrado. Já no século XVII a igreja começara a legislar sobre este espaço, delimitando como os vivos deveriam se comportar – de forma respeitosa aos mortos. Desta maneira, com a intensa movimentação que havia no espaço de enterramento, era um tanto quanto constrangedora a existência de lavadeiras, livreiros, vendedoras de roupas de segunda mão, haveria também nos enterramentos, o mal cheiro bem como os cadáveres em decomposição, sem contar que quando o tempo estava mais frio o chorume exalava ainda de modo mais forte.

Os cemitérios da Idade Média nada tinham de tenebroso. De dia ou de noite, era neles que a população das maiores cidades europeias buscava se divertir, quando não fixar residência provisória ou definitiva. Além disso, as necrópoles eram também um espaço de cidadania, pois lá sempre estavam juízes a comunicar sentenças, e o equivalente aos prefeitos de hoje a dar publicidade a suas ações. Esses locais funcionavam ainda como cartórios a céu aberto. Não que as condições ajudassem, pois já havia acúmulo de corpos e problemas de higiene e limpeza. Mas, de fato, os cemitérios atraíam. Eram um componente da urbanidade de então, construída através dos séculos e com origens bastante remotas. (VISSIÈRE, 2013, s/p)

Porém, tal hábito que perdura por toda a Idade Média necessitava ser superado. Principalmente por ser um costume manifestamente infeccioso. Somente os cemitérios tradicionais poderiam romper esta lógica. No século XVII a Europa já começava a ter o hábito de sepultar seus entes em “local apropriado” e, no Brasil, também começava a haver esse cuidado. Não era mais recomendada a convivência entre vivos e mortos no mesmo espaço. E, as cidades necessitavam de um ambiente ao qual proporcionasse aos vivos as melhores condições de vida e de saúde, ou, de acordo com Reis (1991, p. 247): Uma organização civilizada do espaço urbano requeria que a morte fosse higienizada, sobretudo, que os mortos fossem expulsos do mesmo ambiente dos vivos e segregados em cemitérios extramuros. (REIS, 1991, p. 247).

O século XIX irá presenciar diversas mudanças no trato das representações da morte. A principal mudança que iremos perceber neste momento será a nova definição no lugar dos sepultamentos, marcado essencialmente pela disputa entre Igreja Católica e os discursos médicos higienistas que irão travar uma batalha sem precedente que gerará uma série de revoltas por parte dos fiéis e das organizações religiosas que até então lucravam com as exéquias realizadas do momento da morte até a alma do morto para ir “o lado de Deus” contra as ações políticas dos governos.

A *morte domada* esteve presente em toda a Idade Média. Não se pretende afirmar, porém, que esta foi todo o tempo acrônica. Ela irá passar por diversas sincronias as quais irão modificar completamente o seu significado durante o obscurantismo.

Durante toda a história da morte percebe-se as suas rupturas e continuidades que irão se traduzir na forma com a qual podemos observar os ritos funerários no interior das sociedades modernas, assim, afirma Elias (2001):

Nas sociedades avançadas os grupos já não insistem mais tão apaixonadamente em que apenas sua crença sobrenatural e seus rituais podem garantir a seus membros uma vida depois da vida terrena. (ELIAS, 2001, p. 12).

Assim, surge a nova lógica da morte. Caracterizada essencialmente pela sua recusa, além de deixar de ser um acontecimento público e no seu lar e passará a ser um evento privativo, solitário, com poucas emoções expostas e sujeita a várias transformações.

2.2 A “morte interdita”: o império do imaginário da morte selvagem.

Esta morte familiar, *a morte domada*, iria permanecer por boa parte da história da humanidade. Porém, a forma de lidar com a morte começaria a sofrer profundas alterações quando o medo da morte passaria a vigorar nas cidades industrializadas do século XVIII, na qual começa a existir o medo do fim da existência do outro, segundo Souza, (2009):

Mas a morte, ou sua representação transformou-se: O homem no séc XII reconhece a morte de si mesmo, mas no século XVIII ela é, antes de tudo, a morte do outro; ela é uma violação a vida cotidiana, uma ruptura, um interdito; a morte é a reafirmação de que a prosperidade do coletivo está ameaçada. Na impossibilidade de impedi-la, vamos silenciá-la. (SOUZA, 2009, p. 18).

Com efeito, esta nova mentalidade e forma de morrer irá passar por momentos conturbados. A igreja, detentora dos ritos da morte e que lucrava bastante com esse “comércio” não irá aceitar facilmente perder seu poder.

Dentre as várias modificações que irão ocorrer nesta nova forma de tratar a morte, estará o embate Igreja X higienistas. De um lado, a igreja buscando manter sua ideologia e, do outro, os higienistas financiados pelos governantes com o discurso de saúde pública visando manter os vivos, *vivos* e os mortos distantes destes.

Diante desta perspectiva, irá surgir uma série de embates, tanto no campo ideológico quanto no campo da batalha física, cada um tentando fazer valer seu posicionamento. A título de exemplificação, dentre os diversos confrontos devido a mudança de mentalidade do lugar dos sepultamentos está a “Revolta da Cemiterada” ocorrida em 1836, analisada pelo historiador João José dos Reis (1991), na qual as irmandades através de seus fiéis destrói um cemitério de ordem privada que havia ganhado a concessão de ser o único responsável pelos sepultados na província da Bahia por 25 anos, no dia de sua inauguração houve uma total destruição do mesmo pelos fiéis.

As exéquias realizadas aos mortos estiveram ligadas intimamente com a igreja, especialmente a Igreja Católica. A morte era, por assim dizer, um ritual manifestamente público. Mesmo com modificações essenciais em suas representações, a morte, até os dias atuais ainda está ligada com as práticas religiosas. Este fato irá marcar a história da morte e os conflitos que irão acontecer, tanto na Europa quanto no Brasil, depois do século XVIII.

Retomando o século XIX, podemos ilustrar, de maneira breve, a existência dessas disputas e conflitos. Assim, após a tomada de poder por parte de Napoleão Bonaparte com sua subida ao poder, começa toda uma disputa ideológica na qual de um lado estavam os sanitaristas e médicos higienistas apoiados por Napoleão e, do outro estava a Igreja Católica e uma parte da população que não queriam que a morte saísse dos braços dos Santos. Segundo Pacheco (2012), apesar dos altos índices de mortes causadas por poluição do ar a partir da putrefação, que causara os miasmas e podridão que existia na época, ainda assim, muitos não queriam aceitar a saída dos mortos das cidades.

Desta feita, irão se desenvolver vários embates no intuito da criação dos cemitérios. Os miasmas atingiam e devassava toda a Europa. Campanhas higienistas se propagavam por todo o continente em busca de que se mudasse o local dos sepultamentos, o Rei Luis XVI criou e editou vários documentos nos quais afirmavam a

necessidade da criação dos cemitérios para preservar a vida. Quando Napoleão assumiu o poder intensificou a campanha encabeçada pelo antigo rei. Segundo Pacheco (2012):

Adotando totalmente o movimento sanitário surgido em França através do édito de Luis XVI e consagrado nos decretos de Napoleão de 12 de junho de 1804 e de 07 de março de 1808 (que proibiram os enterramentos no interior de qualquer edifício e tornaram obrigatória a criação de cemitérios comunais), PinaManique desencadeou uma campanha contra as inumações de cadáveres nas igrejas de da cidade de Lisboa. (PACHECO, 2012, p. 23).

Com o avanço das ciências médicas e a nova concepção racional, pragmática, e a nova lógica do capitalismo, na qual enseja a não pensarmos em nosso fim, a laicização, que tirou os domínios da morte das mãos da igreja - em partes -, esta ainda exerce grande influencia sob tal égide, e o individualismo causado pelo fenômeno da morte, começa a surgir uma discussão acerca da (dês)organização cristã desta, referenciando-se Agostinho Coe (2005):

Com o fortalecimento da doutrina capitalista, há uma nova atitude diante da morte e os mortos. Se até o século XVII não havia separação radical entre a vida e a morte, a partir do século XIX essa separação se acentua. Há o avanço do individualismo, do pensamento racional, da laicização das relações sociais, da secularização da vida cotidiana. Os enterros vão sendo paulatinamente sendo objeto de inúmeras discussões, pois os sepultamentos eram realizados nos templos religiosos considerados santos. Aos poucos os enterramentos nas igrejas vai perdendo o seu caráter sagrado, assumindo um caráter cada vez mais profano. Seria o advento da “morte selvagem” e o fim da “morte familiar” que havia vigorado até então.

Neste momento da história, a morte ainda não era um tabu da forma como se constitui hoje, mas se torna quando passa a ser selvagem, ou seja, quando há a consolidação desta nova mentalidade. A morte passa a ser interdita, ou, como chamarei quando necessário, a morte passou a ser *terceirizada*, isso a partir do século XIX.

Esta nova mentalidade da morte vai ser caracterizada por um silenciamento, ao mesmo tempo em que se tenta escondê-la há a sua recusa, tentando afastá-la ao máximo, remanejando-a para os bastidores das cenas sociais. Assim, o século XIX marca o aumento da expectativa de vida, as técnicas médicas começam a retardar o fim da vida de forma eficaz e este será um dos fatores para a criação desta nova mentalidade. De acordo com Norbert Elias, em sua obra “*A solidão dos moribundos*” (2001, p. 15), ele afirma que: A vida é mais longa [na atualidade], a morte é adiada. O espetáculo da

morte não é mais corriqueiro. Ficou mais fácil esquecer a morte no curso normal da vida.

Essencialmente no século XIX a morte irá sofrer uma ruptura com a forma com a qual lidávamos com ela. De acordo com Rodrigues (2006), o poder público irá começar a lidar com esta, afastando-a dos seus parentes, o que irá ocasionar um certo grau de afastamento da morte. Este afastamento será tanto que morte passa a ser um acontecimento temido, inconveniente, que deverá ser evitado ao máximo:

A morte transforma-se em acontecimento detestável no século XIX, pois representa uma ruptura no andamento normal da vida. As práticas funerárias são apropriadas pela família, pela medicina e pelo poder público. Desenvolve-se uma estética fúnebre em que predomina a concepção de beleza do morto (signo de ausência de sofrimento) que é a dissimulação do medo da própria morte. (RODRIGUES, 2006, p. 260).

Segundo Elias (2001), em trechos da obra *A solidão dos moribundos*, a morte irá se caracterizar enquanto um fato detestável. Sendo que este acontecimento irá fazer com que a humanidade deixe de pensar em seu próprio fim. Somente caberá lembrar do fim do *outro*. Elias (2001) sugere ainda que a sociedade assume crenças inabaláveis quanto a sua “eternidade”, principalmente nas sociedades industriais avançadas, sendo que a morte é um fato da nossa existência. Segundo Elias (2001, p. 7) criou-se um ideal de que “os outros morrem, nós não”

Desta feita, o homem vai modificar e se afastar da morte ao longo dos séculos, de forma que irá modificar intensamente a concepção e o trato com a morte e o morto. A partir do século XVIII, até o século atual, a morte irá sofrer diversas modificações que irão mudar desde o lugar onde se morre quanto a concepção do *Bem Morrer*⁹.

Enquanto que na Idade Média o lugar de morrer era o quarto do moribundo, na modernidade, este lugar é o hospital. A morte passa a ser medicalizada¹⁰. Enquanto que naquela contexto o *bem morrer* era caracterizado por um desapego aos bens materiais e o reconhecimento de seus erros acompanhado por diversas orações aos santos, na

⁹Enquanto Bem Morrer compreende-se aquela morte na qual o ser que se finda garante uma boa “passagem ao outro lado” para tanto este ser deve cumprir uma série de ritos para garantir tal benefício. Para tanto, intenta-se observar que esta concepção de bem morrer vai se modificar ao longo da história da morte.

¹⁰Compreende-se enquanto processo de medicalização da morte o fato de tentarmos retardar o máximo possível nosso fim através de medicamentos, algo totalmente impossível para os povos medievos.

atualidade, este bem morrer estará ligado a medicalização da morte, buscando postergar seu fim ao máximo. A principal característica desta nova forma de lidar com a vida/morte será a solidão do moribundo¹¹ no leito hospitalar.

A vida passa a ser cada vez ser mais longa e a morte adiada o máximo possível. Como assevera Lopes (2008, p. 41), “os indivíduos são eternos “pacientes” dependentes dos medicamentos, das terapias e análises”.

Nesse sentido, a nossa busca pela “vida eterna” nos tornou neocolônias modernas, dependentes dos avanços médicos do velho continente. Nós, o terceiro mundo, estamos submissos às tecnologias oriundas do velho continente para evitarmos surtos epidemiológicos que fora o mal de outras épocas, como afirmam Pessini e Barchifontaine (apud GURGEL, 2008):

A exploração de uma medicina lucrativa atraiu para a área de assistência vultuosos recursos do capital industrial e financeiro. O estilo ocidental da pretensa medicina curativa foi exportado para o terceiro mundo, perenizando o relacionamento colonial, tornando ex-colônias dependentes das tecnologias e provisões do ocidente. A indústria farmacêutica cresceu com o desenvolvimento do capitalismo e a industrialização do setor químico e petroquímico. (GURGEL, 2008, p. 2009).

A tendência em se distanciar da morte está presente em todas as partes. No Brasil não é diferente. A cada dia se percebe que a sociedade tem buscado se manter mais distante possível da morte. Koury (2003) nos afirma que este distanciamento é uma característica desta nova sensibilidade e que a manifestação do sentimento de luto devido a perda, que foi característico em outros tempos, passa a ser excluído do cotidiano das pessoas:

O distanciamento em relação ao morto e aos que o perdem tem sido a característica principal da nova sensibilidade que começa a se formar, tornando-se uma tendência nítida no Brasil urbano atual. A manifestação pública da dor individual vem se tornando estranha ao cotidiano do homem comum, embora ainda conviva com a indignação por este estranhamento. (KOURY, 2003, p. 7).

¹¹ Aqui se pretende fazer uso da concepção de solidão destacada por Norbert Elias em seu livro “A solidão dos moribundos” na qual consiste em que após a certeza do fim da existência física deste ser, ele se encontrará na condição de moribundo tendo ocorrido com este uma morte social antes mesmo da morte física.

É interessante notar que esta solidão hospitalar, causada pela nova mentalidade acerca da morte, é vazia de sentimentos. O paciente sente-se ainda mais perto a morte, tendo em vista que os mais próximos não podem, a partir da nova logística da morte, que coíbe a demonstração excessiva de sentimentos ao moribundo, acompanhá-lo intimamente nos seus últimos dias em seu leito de morte hospitalar. Elias (2001) ao escrever sobre estas relações que são estabelecidas no hospital nos alerta:

Apenas as rotinas institucionalizadas dos hospitais dão alguma estruturação social para a situação de morrer. Essas, no entanto, são em sua maioria destituídas de sentimentos e acabam contribuindo para o isolamento dos moribundos. (ELIAS, 2001, p. 36).

No que diz respeito ao alerta em referência aos sentimentos excessivos demonstrados no momento da morte, estes ainda existem, porém, são bem mais contidos normalmente. De acordo com Elias (2001), deve haver um controle, sendo um inconveniente sua excessiva demonstração e, se não houver este controle por parte do acompanhante, este deverá ser medicalizado para que controle seus sentimentos de luto:

Morrer é no presente uma situação amorfa, uma área vazia no mapa social. Os rituais seculares foram esvaziados de sentimento e de significado; as formas seculares e tradicionais de expressão são pouco convincentes. Os tabus proíbem a excessiva demonstração de sentimentos fortes, embora eles possam acontecer. (ELIAS, 2001, p. 36).

Um das principais características desta nova forma de lidar com a morte é o afastamento dos moribundos da vida social. Desta feita, frases e gestos habituais tornaram-se cada vez menos usados. Não se sabe mais como consolar a família do morto. Isto talvez seja efeito dos sentimentos e emoções terem se tornado cada vez menos espontâneos, especialmente em público. Entretanto, acredita-se que se tais gestões existissem poderiam até ajudar a família do morto na superação do estado de luto, porém tais gestos irão esbarrar nas atitudes involuntárias e menos espontâneas que caracterizam os dias atuais. Segundo Elias (2001):

Na presença de pessoas que estão para morrer – e dos que as pranteiam – vemos, portanto, com particular clareza um dilema característico do presente estágio do processo civilizados. Uma mudança em direção à informalidade fez com que uma série de padrões tradicionais de uso de frases rituais, se tornasse suspeitas e embaraçosas para muitas pessoas. A tarefa de encontrar a palavra e o gesto certos, portanto, sobre para o indivíduo. A preocupação de evitar rituais e frases socialmente prescritos aumenta as demandas sobre a capacidade de invenção e expressão individual. Essa tarefa, porém, está muitas vezes fora do alcance das pessoas no estágio corrente da civilização. A maneira como as pessoas vivem em conjunto, que é fundamental nesse

estágio, exige e produz um grau relativamente alto de reserva na expressão de afetos fortes e espontâneos. (ELIAS, 2001, p. 35).

Somos ensinados diariamente a ocultar nossa finitude, desde criança nos negam o direito de “conhecermos” sobre o que é morrer. Quando alguém morre, nos dizem - quando somos crianças - que fulano ou sicrano encontra-se “descansando”, que “foi embora”, que “foi para o céu”. Negam-nos a verdade.

Todavia, esta negação da verdade em relação à morte não nos prepara ao findar da nossa existência. Tal atitude de negação dos ensinamentos sobre o morrer contribui para nossas atitudes menos nutridas de espontaneidades efetivas e solitudes para com aqueles que encontram-se em um dos momentos mais difíceis de suas vidas – a morte de alguém.

Acredita-se que atitudes contrárias a estas poderiam promover um trato mais afetuoso com este findar da vida. Porém, compreende-se, segundo Lopes (2008), que tais atitudes de recusa da morte servem para que possamos ver como a morte é indesejável para os povos modernos:

Todos esses efeitos concernentes às emoções, sentimentos e afeições, ou seja, - para ser mais preciso – a ausência de tais comportamentos demonstra o quanto a experiência da morte é indesejada pelos indivíduos que a repelem do cenário da vida. (LOPES, 2008, p. 39).

Ao longo da história, a morte esteve sob os domínios da Igreja Católica Apostólica Romana. Palavras e rituais realizados por esta de maneira pública, passaram para a iniciativa privada, a qual será uma das responsáveis pela mentalidade de recusa e de ocultamento da morte. Em níveis mais extremos, até mesmo a palavra morte irá passar a ser evitada pelas sociedades modernas.

Há muito tempo já não se fala abertamente sobre a morte ou seu nome ou o que ela pode significar. O ato de não falar, ou em outras palavras, seu silenciamento são ruídos reveladores de seu temor.

Como apresentado nesse texto, percebeu-se que a principal mudança nesta nova mentalidade da morte serão traslado de seu lugar – trocar-se-á o quarto do moribundo pelo quarto do hospital-, que, segundo Lopes (2008, p. 41) “os avanços da medicina,

associados ao desenvolvimento da higiene e das ideias de tratamento das doenças, fazem do hospital um espaço privilegiado da morte”.

O principal representante desta nova sensibilidade – o cemitério – teria surgido, no Maranhão, como resultado do processo de dessacralização da morte. O processo seria advindo das intensas modificações que este Estado passou a partir do século XIX.

Representado pela capital lusitano, o Maranhão passara a importar o ideal europeu de culto aos mortos e tentava reproduzir, não só nas relações sociais, mas também no trato com os mortos, o ideal burguês oriundo do velho continente. Mas ainda longe de ser igual. Isso, devido, principalmente, apresentar uma configuração social diferente. Prioritariamente uma sociedade indígena, que introduzira o elemento escravo em suas relações, esta sociedade estava passando por um processo de sincretismo religioso intenso. De acordo com Lopes (2007), este processo iria afetar outros setores desta sociedade:

As transformações na esfera econômico-social processadas no Maranhão atingiram elementos nativos, brancos, mestiços até mesmo religioso. Novos padrões e valores passaram a interferir nas relações entre os diferentes setores da sociedade colonial maranhense. (LOPES, 2007, p. 34).

Nesse aspecto, num entendimento ainda mais amplo, pode-se dizer que não importa se a morte atinge brancos, negros ou mestiços. Sua experiência durante todos os contextos históricos mostraram e ainda mostram que ela chega para todos, ainda que as desigualdades sociais em vida também se estendam para o momento da morte. Ela, a morte, não deixa de levar ninguém.

Finalmente, entende-se que esta nova sensibilidade é característica dos tempos atuais, essencialmente neste momento há uma abertura para pesquisas na área da tanatologia, esta tem sido uma temática buscada por diversos pesquisadores em diversas partes do mundo e de diversas áreas, o que tem facilitado e permitido uma série de discussões sobre esta temática.

3. VIDA, MORTE E O CULTO DOS MORTOS NA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA

A morte não é um acontecimento puramente de ordem física; ao destruir um ser humano ela elimina um ser social. O mundo a que pertence este indivíduo é automaticamente atingido, e deve então ser regenerado. Por isso os rituais funerários se assemelham aos rituais de criação. (...) a morte é uma criação invertida¹².

Mesmo a contemporaneidade sendo marcada pelo afastamento da morte, este fenômeno não se esvaziou de sentimento. A morte não é um acontecimento meramente de ordem física, muito pelo contrário. Como se percebe na escrita de Ortiz (apud Rinaldi, 1960, p. 110) “ela elimina um ser social”.

Portanto nesse capítulo intenta-se discutir como a sociedade contemporânea lida com esta morte dessacralizada, partindo da perspectiva de que como cada povo lida com a morte a partir do conjunto de suas subjetividades, e esta subjetividade do trato com a morte irá definir em como será a sua organização social.

Partindo-se da premissa de que os cemitérios seriam o resultado da dessacralização da morte, analisando o caráter racional que a morte adquiriu a partir de meados século XVIII e início do século XIX e a individualização das indivíduos em sociedade, este fato sendo representado pelas sepulturas individuais e “eternas” que a nova sensibilidade exige que seja criada, fará parte da mentalidade dos contemporâneos.

Nesse sentido, torna-se interessante perceber que cada sociedade realiza seus rituais que visam propor, ao moribundo ou morto, uma boa passagem, pensando na perspectiva do bem morrer. Nas sociedades cristãs, vemos uma série de rituais que são realizados para que possamos garantir uma boa partida para o morto.

Com efeito, para podermos compreender as atitudes humanas diante da morte, se torna indispensável a necessidade de pensarmos o processo do morrer de acordo com o seu tempo. Nessa perspectiva, é importante analisar o fenômeno da morte de acordo com o seu atual contexto para fins de alcançar o objetivo desse capítulo. Assim, retomamos eixos teóricos como, por exemplo, Ariès (1975), Epicuro (apud Santa

¹²RINALDI, Doris. A Finitude Humana: Algumas reflexões sobre o tema da morte. In Serviço Social e Sociedade n.º. 51: Cortez, Rio de Janeiro, 1996. Ortiz apud, p. 100.

Barbara, 2005), Elias (2001) e Koury (2003) que vêem a morte de forma *sui generis*. Isto possivelmente, por pensarem a questão da morte em contextos distintos, no qual o processo da morte ganha um novo significado.

Ariès (1975), por exemplo, ao pensar este fenômeno desde a Idade Média nos diz que a morte seria um problema de todos, mortos e vivos, pois ela estava próxima a todos, podendo chegar a qualquer tempo.

Já Epicuro (apud Santa Barbara 2005), por exemplo, fala que a morte não é nada para nós, pois quem havia experimentado este fenômeno não voltara para nos contar como havia sido esta experiência. Em outras palavras, este autor no diz que a morte não representa uma preocupação para nós, vivos, porque quando estamos aqui ela não existe e, quando ela chega, nós já partirmos. Nas palavras do próprio autor: “A morte nada é para nós, pois quando nós existimos, ela não está presente; quando ela está presente, então já não existimos¹³”.

Elias (2001), por sua vez, ao refletir o fenômeno da morte, nos alerta que, somente os seres humanos por possuírem a capacidade cognitiva teriam problemas com este fenômeno, pois os demais animais não possuem a capacidade de refletir sobre sua existência, todavia, não teriam preocupação com seu fim: “A morte é um problema dos vivos. Os mortos não têm problemas com a morte. Entre todas as criaturas que morrem na terra, a morte constitui um problema só para os seres humanos”. (ELIAS, 2001, p. 11).

Já Koury (2003 p. 9), pensando sobre os vários aspectos que estão envolvidos da morte, nos diz que esta não é um problema para quem vai, e sim, para quem fica.

Estes autores fazem alusão a este fenômeno devido às várias exéquias que são realizadas diante da morte, as quais se acreditam que irão interferir na forma que a alma será “recebida do outro lado” ou quando “ressuscitarem para a vida eterna”. Além de alimentar nossos egos, como sugere Freud (apud Koury, 2003), após a morte de um ente, esta precisa ganhar sentindo. Este sentindo deve estar ligado ao ser que fica e necessita preencher “o vazio” deixado por aquele que partiu. Assim, após a perda do ente “um estado de sofrimento é, então criado. Resultado das inibições impostas ou

¹³SANTA BÁRBARA, Maria Leonor. REPRESENTAÇÕES DA MORTE NA LITERATURA GREGA. p. 2. In: EPICURO, Carta a Heródoto (D.L. X. 125). p. On-line.

acarretadas como preocupação ou como resultante de um empobrecimento de energia do ego”. (FREUD, apud Koury, 2003, p. 8).

Percebe-se ao longo desta reflexão a necessidade que os vivos careceram e carecem em dar sentido à morte. Este sentido, como se deduz nas palavras dos autores acima citados, serve para preencher o vazio que os vivos sentem ao perder alguém.

Assim sendo, o cemitério é a principal representação, na modernidade, deste sentido dado à morte. Ele é tido como cidade dos mortos. Demarcador de divisão entre vivos e mortos. Além de ser o representante do ideal higienista surgido a partir do século XVIII.

Esta nova configuração de sepultamento intramuros ira suplantará o hábito milenar de sepultamentos dentro das igrejas, sendo que o principal responsável por tal subversão tenha sido o caráter infeccioso que a antiga prática causara à saúde pública. Nessa ótica, Ariès questiona (apud COE, 2005):

Vapores ‘pestilentos’, ou seja, que propagavam a peste e outras doenças contagiosas como a varicela... Vê-se frequentemente febre [...] pútridas e doenças periódicas dominarem as cidades mais populosas, sem que se possa penetrar na causa longínqua, não é provável que esta causa que ignoramos e que nos é demonstrada por esses funestos efeitos, não seja outra coisa senão a sepultura das cidades? (ARIÈS, apud COE, 2005, p. 63).

Até então, o ideal que se apresentava e era seguido partiu do princípio da necessidade de sepultamento nas igrejas. Esta prática fúnebre ligada à sacralização da morte em conexão com a igreja permaneceu por uma longa série de séculos no imaginário das comunidades do ocidente. No entanto, com o advento cemiterial esta prática é superada, pois, segundo Lopes (2007, p. 28), este era um espaço “neutro e necessário para garantir a saúde da população e assegurar a nova organização da morte”.

Com efeito, Coe (2005), sugere que os rituais realizados após a morte, e que estão atrelados ao simbolismo do universo cristão, tinham como objetivo que as “almas pudessem descansar em paz”. Esta seria a principal justificativa para que os sepultamentos fossem realizados dentro dos templos, devido estes serem espaços sagrados.

A preparação da morte, os cultos, as cerimônias, bem como toda a sua ritualística esteve ligada sob as tradições cristãs. Estas estiveram permeadas da sensibilidade sagrada, aquela que era considerada como ideal sagrado pela igreja católica e pelas irmandades. Todavia, a nova dinâmica social que começa a se formar a partir do século XIX irá romper gradualmente com esta lógica, retirando o papel de protagonista da Igreja do trato e cuidado da morte, constituindo esse trato de uma nova sensibilidade, mais profana, ou por outras palavras, mais dessacralizada, mais higienista e mais inodora dentro dos cemitérios.

A nova estruturação da sociedade, ocasionada pelo avanço da racionalidade, pragmatismo, capitalismo, a laicização e, singularmente, a subjetividade, principal marca daquele século, irão combater a organização cristã da morte, esta sendo objeto de discussão e combate tanto da parte de políticos quanto de médicos higienistas.

Retomando Coe (2005), o fortalecimento do capitalismo teria sido um dos principais responsáveis por combater de forma ferrenha esta mentalidade até então vigente. Desta forma, este teria ajudado a construir a nova atitude que passou a vigorar nas sociedades modernas: a *morte selvagem*. Fica claro nas palavras do autor. Senão vejamos:

Com o fortalecimento da doutrina capitalista, há uma nova atitude diante da morte e dos mortos. Se até o século XVIII não havia separação radical entre a vida e a morte, a partir do século XIX essa separação se acentua. Há o avanço do individualismo, do pensamento racional, da laicização das relações sociais, da secularização da vida cotidiana. Os enterros vão sendo paulatinamente sendo objetos de inúmeras discussões, pois os sepultamentos realizados nos templos religiosos considerados santos. Aos poucos os enterramentos nas igrejas vão perdendo o seu caráter sagrado assumindo um caráter cada vez mais profano. Seria o advento da “morte selvagem” e o fim da “morte familiar” que havia vigorado até então. (COE, 2005, p. 25).

Como vimos até aqui, até meado do século XVIII¹⁴ os sepultamentos eram realizados dentro das igrejas, e este era um ambiente muito movimentado, o qual recebia grande quantidade de pessoas no decorrer do dia. No entanto, esta aproximação entre vivos e mortos passou a ser objeto de discussão, principalmente devido aos

¹⁴Não pretendemos aqui afirmar que esta seja uma prática totalmente rompida com o findar deste século. Pretende-se afirmar que a partir de então surgiram várias jurisdições que visavam garantir o prolongamento da vida. No entanto, sabe-se que até hoje esta é uma prática corriqueira, como a que aconteceu em 2017, no município de Codó, na qual um padre foi sepultado juntamente com membros do cristo de São Pedro. Porém, diferentemente da prática costumeira, não sendo sepultado no altar, mas no lado esquerdo de quem adentra na igreja.

grandes surtos epidêmicos que foram as marcas do século XVIII, fazendo milhares de vítimas, principalmente na Europa. Desta forma, governos de diversos países, especialmente a França, realizaram campanhas com o intuito de separar o mundo dos vivos e dos mortos.

A atitude que até então era considerada inofensiva aos vivos e que perdurou algumas series de séculos, passou a ser questionada e considerada nociva à saúde dos vivos. A ruptura entre estes dois mundos parecia ter chegado a hora de seu fim. Apesar disso, como toda ruptura, esta teria consequências para a sociedade da época. Como sugere Lopes (2007):

A ideia dessa separação radical também atingiu diretamente o caráter sagrado da cultura fúnebre, importante campo de atuação dos domínios católicos, minando sua hegemonia ao buscar como tipo de solução mais viável a transferência dos enterros para lugares mais afastados dos centros urbanos com o fim de evitar a proliferação e a sucessão de surtos epidêmicos. (LOPES, 2007, p. 30).

Esta transferência de lugar dos sepultamentos irá acarretar algumas mudanças no trato da morte no núcleo familiar. Os enterros que antes estiveram sob domínio das irmandades passam a ser de responsabilidade dos familiares, posteriormente estes passarão a ser de responsabilidade das funerárias. Como consequência disto, percebe-se o enfraquecimento das irmandades que foram a principal força de oposição ao discurso higienistas.

Como o surgimento apropriado do espaço de enterramento - surge o cemitério - a cidade dos mortos, como Carvalho (2005) chama este espaço, passa a ter uma organização interna que necessita ser respeitada pelos vivos para que estes garantam sua integridade e sua saúde. Os muros que separam os dois mundos – mundos dos vivos e dos mortos – representam uma separação entre aquilo que é considerado aceitável e aquilo que é inominável. Dentro dos muros, principalmente após o seu trancamento, estaria o macabro, o que não é higiênico, dentre tantas outras definições que estão presente em nosso cotidiano – vide as várias histórias macabras e nefastas que nos contam no decorrer de nossa infância. Ou como sugere Lima (apud Lopes, 2007):

O cemitério torna-se uma cidade fechada, ou uma instituição total sujeita as regras rigorosas de funcionamento. Um rígido horário de abertura/fechamento regula a entrada (dia) // saída (noite) e, portanto, o contrato entre vivos / mortos. Este só é permitido à luz do sol, onde reina a ordem, a limpeza, a higiene (os vivos), já que ao cair das trevas (domínios

dos mortos, da imundice e da desordem, onde proliferam animais asquerosos), perde-se a visibilidade, e com ela as possibilidades de controle (objetivo / subjetivo). É aí que se introduz o medo dos loucos, dos infectados, dos marginais de todos aqueles que estão além da fronteira, dos limites, das regras. (LIMA, apud LOPES, 2007, p. 30).

O advento cemiterial se dá de forma que o mesmo se localize fora das cidades, a fim de evitar que os males causados pela morte estivesse mais distante possível dos vivos. Tal atitude se tornou, com o passar do tempo, cada vez mais necessária, sobretudo nas cidades, devido ser nestas onde os efeitos da dinâmica social serem mais veloz.

Este imperativo transformou os hábitos dos povos ao em torno deste, todavia, as mudanças religiosas só foram sendo sentidas ao longo dos tempos. Não houve uma ruptura tão brusca com os ideais religiosos que estavam envoltos da morte. O advento cemiterial foi aos poucos diminuindo a relevância das exéquias da fé católica sobre os rituais de passamento e sepultamento. No entanto, ainda não se pode afirmar que esses desapareceram em definitivo, tendo em vista que ainda se percebe diversos elementos, tanto nos cemitérios tradicionais quanto nos cemitérios jardins, que nos remetem ao ideal sagrado da morte.

Nesse processo de profanação da morte, irá se inferir que o desapego e as tradições serão a principal marca desta nova mentalidade que se formará. Esta nova expressão estará ligada a um caráter profano. Para além, a morte ganhará um caráter racional, enquanto que a característica do sagrado irá ser coadjuvante e, as vezes até menos significativa para que a racionalidade possa assumir seu papel principal.

Esta racionalidade irá inferir nas discussões acerca da morte através das praticas higienistas, transformando esta discussão em tema técnico. Desta forma, a mentalidade que vigorava e garantia os sepultamentos dentro das igrejas e as várias exéquias religiosas que prometiam garantir uma “vida eterna”, a transferência para o “mundo celestial” ou, ligado ao âmbito do sagrado, serão superadas para que as praticas higienistas-sanitaristas pudessem ser colocadas em prática.

Assim, o cemitério irá representar, além do espaço físico delimitado para o despojamento dos mortos, para o descanso daqueles que já não estão entre nós, será o principal representante desta mentalidade racional e será visto de forma abstrata como

um lugar de bem estar dos vivos. Os dois mundos passarão a ficar separados, garantindo a saúde dos seres que ainda vivem. Ou, como alvitra Lopes (2007):

Na verdade o que acontece de fato é uma espécie de divisão social dos espaços destinados aos vivos e aos mortos, sendo que para os primeiros garantia-se a vantagem de estarem mais protegidos, amparados pelo discurso médico-higienista de proteção à vida. (LOPES, 2007, p. 31).

Nesta nova concepção do trato da morte causada pelo surgimento dos cemitérios decorrente das políticas públicas que passariam a vigorar nas sociedades desenvolvidas, a atuação destes irá assumir um caráter de controlar e disciplinar a sociedade, além de redefinir as práticas ritualísticas da esfera coletiva como sugere Lopes (2007, p. 33). Neste sentido, irá surgir um movimento com o intuito de isolar os vivos dos mortos, ou seja, ao retomar Foucault (1983, p. 184) compreende-se que tal mentalidade irá levantar uma sociedade disciplinar. Onde cada indivíduo teria a função de vigiar os demais, afim de que aquele que subvertesse a ordem e a moral pública, fosse punido, como indica o autor em *Vigiar e Punir* (1987).

Nota-se que ainda que a sociedade tenha atribuído à morte uma nova sensibilidade, esta continua permeada de sentidos e símbolos do sagrado, além de que adquiriu outro significado na contemporaneidade, este sendo higiênico e organizado permeado de regras e normativas que pudessem atribuí-la o sentido de limpeza.

Portanto, a morte, apesar de ter adquirido um sentimento de recusa, subjetividade e dessacralização compreende o imaginário coletivo, como sugere Durkheim, em *Representações coletivas e representações individuais* (2007), no que tange a indicação do autor de que as representações coletivas seriam frutos da soma e sentido das ações dos sujeitos individualmente.

4. O CEMITÉRIO CAMPOSANTO EM CODÓ E SEUS IMAGINÁRIOS: expressões profanas da morte

Neste capítulo pretende-se compreender como se deu o processo de profanação da morte, a partir da mudança do espaço da morte relacionada aos membros de cristo e o surgimento do cemitério nesta cidade. No decorrer desta abordagem, serão apresentados os resultados da pesquisa realizada durante o ano de 2017, a qual foi desenvolvida por meio de uma pesquisa etnográfica, pautada nas premissas de Bourdieu (1998) da “não violência simbólica”, pensando na perspectiva de não deixar os capitais culturais do entrevistador se sobrepor aos dos entrevistados. Assim, deixando-os à vontade, sem que o entrevistador induzisse seus pares a darem respostas que este queria ouvir, mas os deixando a vontade para pensarem e sentirem-se confortáveis para participar desta pesquisa.

As entrevistas realizadas sucederam algumas conversas informais que foram gravadas a partir da autorização de todas as pessoas que desta participaram. Entretanto, todas receberam um termo de compromisso por parte do investigador bem como seus nomes não foram expostos. No entanto, é importante informar que os entrevistados são aqueles relacionados aos locais da morte, espaços como cemitérios e igrejas. Especificamente, tratam-se dos administradores do espaço, seja das Igrejas, ou dos cemitérios, além de conversas com moradores anciães desta cidade, em busca de uma história próximo ao real, tendo em vista que os fragmentos históricos são esquecidos muitas vezes, cabendo ao pesquisador buscar resgatá-los.

Durante a construção da pesquisa etnográfica, buscou-se realizar visitas e observações diretas àqueles lugares que teriam ligação com o ideal sacralizado e de profanação nesta cidade no que diz respeito ao processo do morrer. Desta forma, foram realizadas incursões em alguns cemitérios existentes nesta cidade, porém, nem todas as necrópoles teriam sido visitadas. Foram escolhidas as que exercem ou exerceram influencia sob a perda do papel da igreja sobre os domínios da morte, à saber, foram realizadas visitas no cemitério do Codó Novo¹⁵ (cemitério publico e que possui modelo

¹⁵ Foram realizadas algumas visitas a este cemitério que tem por característica ser um dos cemitérios mais antigos da cidade. Porém, este se encontra em estado avançado de abandono por parte das autoridades municipais, sendo um cemitério que tem como características túmulos sem identificação e de estrutura simples. Sem pedras raras ou túmulos suntuosos. Até mesmo por sua localização, bastante distante do centro da cidade, situado em um dos bairros mais carentes. A sua construção teria acontecido entre a

tradicional), ao Cemitério do Sabiazal¹⁶ (único cemitério Jardim visitado no município), ao cemitério Boa Esperança¹⁷ (cemitério público e que possui modelo tradicional), e o cemitério Campo Santo, conhecido com Cemitério Central. Além de visita à Igreja Matriz, Igreja de São Pedro, Igreja Santa Filomena, dentre outras.

A partir do exposto, neste pretende-se explicar como se consolidou o ideal de *morte interdita* na cidade de Codó-MA. Município localizado a 296 km da Capital do Estado do Maranhão, São Luís. Com efeito, este ideal teria se consolidado com a interdição da morte a partir do surgimento do cemitério do Campo Santo, localizado próximo ao centro desta cidade.

De acordo com Reis (1991), o século XIX teria sido o período em que as autoridades brasileiras teriam buscado incisivamente a reorganização dos espaços públicos. A partir de agora as cidades brasileiras passariam a possuir um ideal mínimo de organização. De acordo com o autor, a lista dos espaços que careceriam ser legislados seria extensa, porém, não podiam mais esperar devido a urgência de uma organização que garantisse a longevidade dos vivos. Sobre os espaços que tinham pendências de organização Reis nos fala:

Executar ou fazer executar a limpeza, alinhamento, iluminação, reparos, segurança dos logradouros públicos: retirar das ruas os “loucos embriagados, animais ferozes ou danados”...; impor limites de velocidade aos cavaleiros; impedir vozeiras nas ruas em horas de silêncio e obscenidades contra a moral pública; indicar lugares adequados e limpos para o abate do gado e funcionamento das feiras livres; reprimir atravessadores e especuladores; conceder autorização para a realização dos espetáculos públicos, “Uma vez que não ofenda, a moral pública”; obrigar os moradores manter o asseio, segurança e elegância, e regularidade externa dos edifícios e ruas”. (REIS, 1991, p. 275-276).

Segundo Coe (2005), este efeito que chegou às capitais do Brasil no início do século XIX. Isso nos faz pensar que este teria demorado um pouco mais para chegar nas cidades do interior do Estado, tendo em vista que os primeiros registros que temos

década de 1920 e 1930 tendo em vista que as suas sepulturas mais antigas datam deste período, porém, não há documento oficial que comprove tal afirmação.

¹⁶ Cemitério relativamente novo e que é mantido de forma privada. Este representa o ideal de dessacralização da morte. Tendo em vista que a maior representante da sacralização da morte já não está mais presente neste – não há capela.

¹⁷ Cemitério público que fica localizado próximo ao rio Itapecuru, no bairro da Trizidela. Este teria sido construído na década de 1970 pela necessidade de sepultar os moradores daquele bairro tendo em vista que este se encontra distante do centro, ou seja, o traslado de um defunto do bairro da Trizidela até ao cemitério central seria muito longo, como sugere a lei municipal “Em virtude da distância entre o bairro São José e o atual Cemitério, é conveniente que seja criado naquele populoso bairro um *campo santo*, evitando desta maneira as dificuldades que atravessam os moradores daquela região, sempre por ocasião de sepultamento de um parente ou mesmo indigente”. (lei municipal de 408, de 08 de maio de 1971).

quanto ao processo do que conhecemos como profanação da morte teria acontecido somente a partir de meado daquele século.

Desta forma, ainda que a capital maranhense tenha iniciado seu processo de higienização no século XIX, em Codó, este evento teria acontecido após a abertura do século XX. Tendo em vista, que a fundação daquele que seria o cemitério mais antigo deste município data de 1918.

Na cidade de Codó, este processo de higienização da cidade, que como consequência teve uma interdição da morte, remanejou a mesma para espaços privados separado do espaço dos vivos, de forma que garantisse uma maior longevidade à estes. Assim sendo, aos mortos foi destinado uma “morada eterna” sem que incomodasse a vida dos vivos. Como símbolo maior deste processo de higienização da morte em Codó, temos, no ano de 1918, a fundação do Cemitério Campo Santo – Conhecido como Cemitério Central devido a sua localização geográfica atual.

Este espaço, seguindo a lógica de uma cultura de não sepultar in urbe, ficaria localizado longe do centro da cidade a fim de evitar o contato direto entre vivos e mortos. Porém, como o próprio nome sugere – Cemitério Central – este se encontra localizado na região central da cidade. Essa designação relaciona-se ao processo de crescimento e expansão urbana.

Como se pode observar na imagem que segue abaixo, o cemitério (localizado na imagem através do círculo) está localizado em uma região bem próxima ao centro desta cidade (localizado na imagem através do retângulo), porém, nem sempre esta perspectiva de distância foi igual. Em outros tempos, em que a parte mais antiga da cidade se encontra ao sul do que é o centro da cidade, fazendo com que o cemitério estivesse bem distante dos vivos. Conforme a perspectiva de Coe (2005), em que este afirma que os cemitérios deveriam estar localizados a uma distância razoável dos vivos, e trajado de algumas normas de higienização, esse modelo não deixou de ser incorporado em Codó-MA.

O quadrado vermelho compreende o espaço da Igreja Matriz, que fica alinhada com o cemitério. Não sabendo se este alinhamento foi proposital ou ocasional. Porém, supõe-se que isto teria sido uma forma de a igreja manter uma certa aproximação com

a morte, estreitando laços e estabelecendo conexões bem próximas a ideia de se construir uma capela dentro de uma necrópole: Segue a referida imagem abaixo:



Figure 3: Mapa do centro da Cidade. Fonte: Google Maps, 2017.

Ainda em referencia a localização do cemitério, o Jornal de Coimbra (1817) indica que os cemitérios devam ser construídos na parte alta da cidade, pois nas partes mais baixas poderia acontecer de poluir o lençol freático tendo em vista que estes são mais próximos dos terrenos mais baixos. O cemitério Campo Santo segue esta perspectiva por estar localizado no que seria a parte mais antiga da cidade, porém com o passar do tempo a cidade teria consumido este, e hoje ele já se encontra dentro (GRIFO MEU) da cidade, próximo do que é o centro na atualidade.

Em Portugal, no século XIX, há diversas normas sobre como e onde deveria ser construídos os cemitérios. Assim, acredita-se que o primeiro cemitério de Codó tenha seguido as normas que já existiam como um ideal, desenvolvido em cidades europeias e reproduzidas nas cidades brasileiras de forma lenta e gradual. De acordo com o Jornal:

Os cemitérios para não terem inconvenientes funestos deveriam ser construídos em distancia das povoações, em lugares elevados, elegendo-se com preferencia os sítios expostos ao vento do norte, pois que se tem observado que os vapores mefíticos levados pelo vento deste nome, são menos perigosos, do que levados por outro qualquer. (Jornal Coimbra, 1817, p. 187)

Com efeito, em nível nacional também haviam as regras peculiares para a construção dos cemitérios, e percebe-se que o Campo Santo Segue também as normas nacionais. Como se pode observar, na imagem acima, este se configura como um espaço grande que supomos obedecer as leis da época das fundações dos mesmos, que, segundo Coe (2005), teriam várias regras que iriam desde a localização, mas também que obedecesse algumas legislaturas quanto a forma de se enterrar:

Além da expulsão dos enterros para fora das cidades era preciso seguir algumas normas básicas na hora do sepultamento. As principais eram: a área do cemitério deveria caber pelo menos o dobro da taxa de anual de mortos, para que se pudesse fazer rodízio nas sepulturas a cada dois anos; o tamanho do cemitério teria que ser o suficiente para se manter uma certa distancia entre as sepulturas, além da necessidade dos enterramentos serem feitos com uma profundada mínima de sete pés para cada cova. (COE, 2005, p. 71).

Ao realizar a pesquisa de campo, entrevistando o atual administrador deste espaço percebe-se que ainda hoje são seguidas tais instruções. Segundo Sr. Joaquim - que vai de acordo com Coe (2005), quando afirma que os sepultamentos deveriam ser realizados obedecendo a uma periodicidade para que se abra aquele tumulo para que haja um novo sepultamento naquela mesma urna -, não é permitido que sejam realizados sepultamentos sem que haja tido tempo de o morto que havia sido ali sepultado tenha se decomposto. Porém, algumas regras levantadas e discutidas por Coe (2005) já não são mais seguidas – como por exemplo, a de haver espaços entre as sepulturas - como se observa na imagem que segue, já não se obedece mais o espaço que deveria haver entre as sepulturas. Tendo em vista que hoje só se consegue caminhar dentro deste pisando nos túmulos que se encontram de forma desorganizada e aleatória, muitas vezes, por haver muitos túmulos sem os jazigos suntuosos, apenas demarcações discretas, as vezes, quase imperceptíveis feitas por um pedaço de madeira ou ferro, representando uma cruz, há túmulos que estão sobrepostos:



Figura 2: Disposição dos túmulos do Cemitério Campo Santo. Fonte: Própria 2017.

Segundo Coe (2005), os túmulos careceriam de uma organização que permitisse que os visitantes ao ir aos cemitérios pudessem encontrar os túmulos de seus parentes mais facilmente sem que precisassem pisar nos outros túmulos. Porém, ainda que em sua fundação tenha sido assim, a atual configuração do campo Santo não permite tal empreitada, tendo em vista que este cemitério já encontra-se superlotado, de forma que se tornou impossível não ter que andar sobre os túmulos.

Para além disso, seu principal objetivo na época em que foi construído era o de garantir a salubridade e evitar epidemias, pois viria, assim como a maioria dos cemitérios do século XX para substituir o hábito recorrente de sepultar os mortos nos interiores das igrejas.

Com o tempo, a superlotação começou a despertar o interesse público para as primeiras reformas nas necrópoles. O cemitério Campo Santo representou um desses espaços de interferência pública.

Assim, fruto desta superlotação, o poder público, em 1979 decidiu realizar uma reforma no Campo Santo para aumentar sua capacidade. Pois a parte mais antiga, que de forma oficial, teve sua fundação em 1918, já estava lotada:

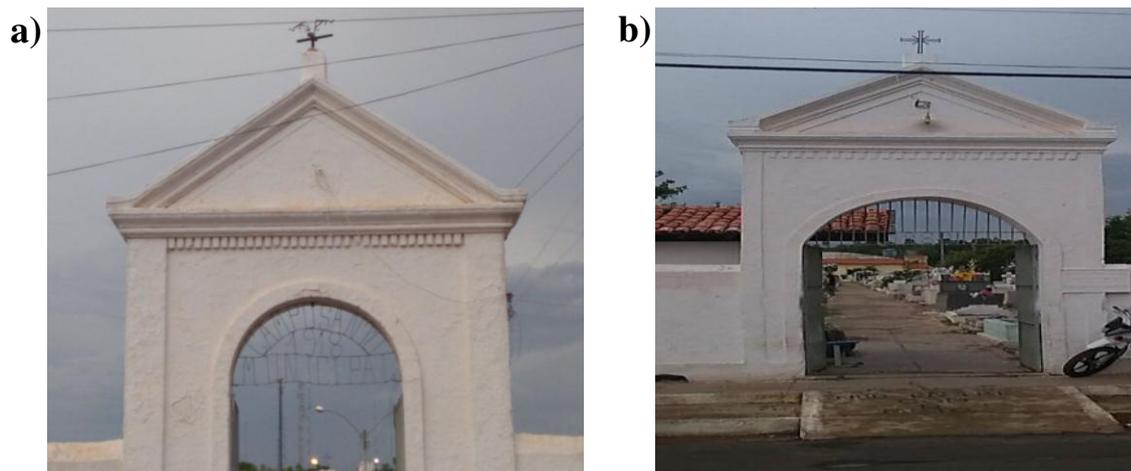


Figura 3: Entradas do Cemitério Campo Santo: a) Construída em 1918. b) Construída em 1980. Fonte: Própria, 2017.

Ainda que se tenha a impressão de que este cemitério não possui um ideal de organização, pode-se perceber com um olhar mais atento, como sugere Ariès (1975), que este possuiu uma organização, com ruas, quadras e quarteirões, como acontece nas cidades dos vivos. O cemitério possuía toda uma organização e divisão, em consonância com o ideal discutido por Coe (2005) e do Jornal de Coimbra de que os visitantes não pisassem nos túmulos, porém, com o passar do tempo e a superlotação, esta organização teria sido comprometida, somente aparecendo em algumas partes deste, como se observa na imagem que segue:



Figura 6: Ruas do Cemitério Campo Santo. Fonte: Própria, 2017.

Ainda que o Código Sanitário¹⁸ tenha entrada em vigor somente a partir de 1904 e o cemitério tenha sua data de fundação em 1918, antes disso, de acordo com os registros em sepulturas do Campo Santo, já se praticavam os sepultamentos fora dos parâmetros da morte sacralizada. Neste cemitério há sepulturas que datam ainda dos fins do século XIX, como é o caso do Sr. Thome Soares da Motta, nascido em 1813 e com falecimento em 04 de maio de 1898, ou seja, antes mesmo da virada do século período ao qual se pode notar as características de uma possível consolidação da morte interdita nesta cidade:



Figura 7: Túmulo do Sr. Thome Soares da Motta, datado de 04/05/1898. Fonte: Própria, 2017.

Como já vimos, no decorrer desta investigação, e com o processo de interdição da morte, percebemos o cemitério como um espaço, que assim como as cidades dos vivos possui várias normas de funcionamento. Este funcionamento e organização parte

¹⁸ Este é um código do ano de 1904 que veio regulamentar a vida na cidade de São Luís, capital maranhense e que teria influenciado as demais cidades do estado. Este visava regulamentar desde as badalados dos sinos das igrejas, aos atos inapropriados e obscenos que deveriam ser evitados. Um dos pontos de que trata este código é quanto a salubridade da morte. Esta, que por muito tempo teria permanecido dentro das igrejas, de acordo com o discurso médico-sanitarista precisava ser retirada das cidades e necessitava ser colocada em um espaço apropriado, este código irá definir como e quais os procedimentos a serem adotados deste a morte até o sepultamento do indivíduo.

do poder público atualmente, principalmente se pensarmos que este é um espaço administrado pela prefeitura do município. Porém, ao longo do tempo este espaço deixou de ser organizado e fiscalizado por parte do poder municipal. Por exemplo, durante tal investigação, ainda que tenham sido feita diversas incursões ao arquivo da prefeitura, as idas aos cemitérios e outros departamentos públicos, não se conseguiu localizar o Livro de Óbitos do município. Tais lacunas foram e continuam sendo grandes obstáculos para pesquisas nessa temática.

Este livro se tornaria de fundamental importância tendo vista que facilitaria identificar quando se deixou de realizar os sepultamentos nas igrejas e quando se iniciou a prática de sepultar nos cemitérios.

De toda forma, não ter encontrado este livro, possivelmente porque ele não tenha sido conservado e guardado em acervo não necessariamente significa que este não tenha existido realmente. De acordo com o Sr. Joaquim, administrador do Cemitério, seu pai, quando foi o responsável por cuidar daquele espaço, tinha o livro de óbitos. Porém, quando seu pai deixou de ser o responsável por aquele espaço, entregou este livro para o seu sucessor, entretanto, quando o Sr. Joaquim começou a ocupar tal função, este já não existia. De qualquer modo, registros iconográficos e demais fontes nos permitem uma aproximação da história da morte na cidade de Codó.

A cidade dos mortos, assim como a cidade dos vivos possui um ideal de segregação, que demarca onde cada parcela da população deve viver / ser enterrada. No Cemitério do Campo Santo se percebe que mais próximos da capela estão os túmulos de famílias tradicionais da cidade e que na parte mais dos fundos do cemitério está a camada mais pobre desta sociedade, podendo ser percebida tal disparidade a partir de uma leitura visual dos túmulos que estão mais próximos ou mais distantes – seja pelos nomes e posições que as pessoas que estão sepultadas próximas da capelas, ou até mesmo pela sua suntuosidade, ou se analisarmos a falta de identificação e perda da identidade, como sugere o professor Ribeiro (2006), “esta só caberia aos pobres”.

Percebe-se que há uma clara distinção entre os túmulos próximos a capela e, os que ficam mais distante. Os primeiros seriam de pessoas tradicionais e mais afortunados da cidade, até porque os “terrenos” próximos à capela eram mais caros que os que estão mais distantes. Os ricos, como sugere Ariès (1975), possuem maior poder aquisitivo para comprar a sua estadia mais abastada. Senão vejamos:



Figura 8: Túmulo próximo à capela. Fonte: Própria, 2017.

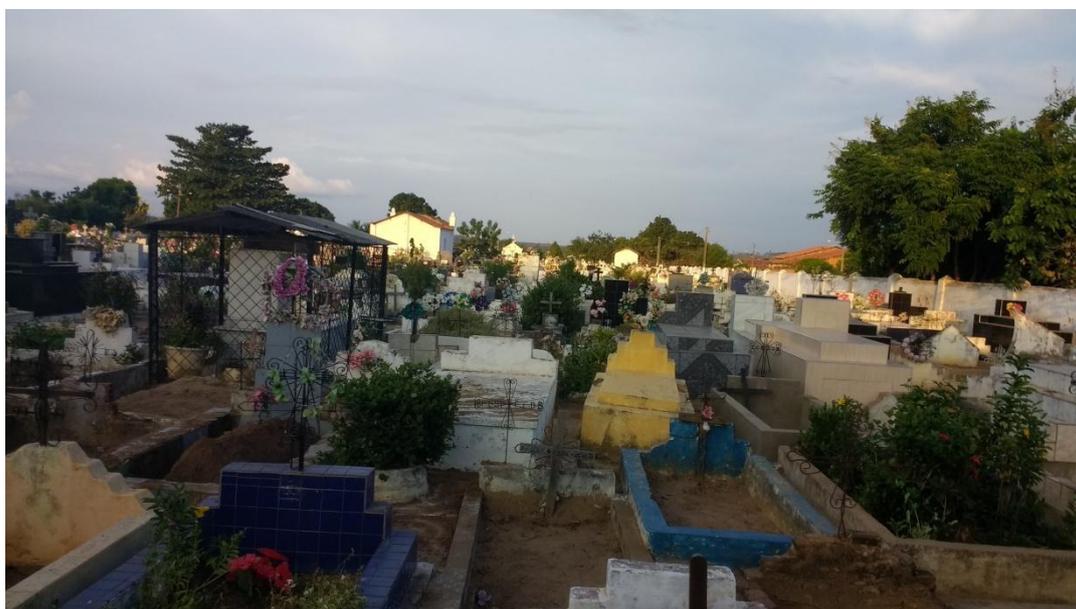


Figura 9: Túmulos aos fundos do cemitério. Fonte: Própria, 2016.

Esta disposição dos túmulos no cemitério no remete ao séculos XVII no momento em que, como sugere Ribeiro (2006), ainda eram realizados os sepultamento nas igrejas. Este autor explica que quando a morte ainda era sacralizada, caberia às camadas mais abastadas das sociedades os sepultamentos nos altares dos templos religiosos. Aos pobres caberia os arredores destes, ou a vala comum. Nesse sentido, de

acordo com assertiva acima de que o cemitério seria o reprodutor das práticas das sociedades, percebe-se que, novamente a vala comum teria sido destinada aos desafortunados.

Nesse sentido, torna-se necessário compreender como Codó, que no século XIX se apresentava como uma da cidade promissora no Estado, tendo incorporado o território da vila Urubu aos seus domínios em meados daquele século, teria lidado com esta transição. Para tanto, buscaremos situar o leitor a partir da ideia de fundação desta cidade.

Em abril de 1854, quando Codó ainda possuía o *status* vila, de acordo com Marques¹⁹, na obra *O Dicionário histórico-geográfico da província do Estado do Maranhão* (1870), o empresário Francisco Marques Rodrigues teria feito um acordo com o governo provincial²⁰ afirmando que traria 200 colonos para as terras de Codó, entretanto, o acordo não foi cumprido, e, 1856 o contrato foi rompido, pois o empresário só conseguira 68 colonos.

De acordo com o *Dicionário histórico-geográfico da província do Estado do Maranhão* (1870), elaborado por Cezar Augusto Marques o ano de 1850 marca o Maranhão como o ano que a varíola teria assolado a capital lusitana, e que, a partir de então, teria havido a necessidade de construção dos cemitérios por parte do governo. Nesse sentido, as irmandades²¹, por até então serem as responsáveis pelos enterramentos que até então eram realizados dentro dos templos religiosos pertencentes as mesmas, teriam tomada à frente para, de certo modo, não perderem sua total autonomia sobre a morte.

Como o governo havia proibido os sepultamentos nas igrejas - porém tal prática de proibição in urbe as regras de organização urbana seriam mais fortes somente a partir do século XIX, ou mais especificamente, a partir de 1904, com o Código Sanitário -, as

¹⁹ Doutor em medicina pela faculdade da Bahia, além de ser professor no seminário de Nossa Senhora das Mercês. Foi também cavaleiro da ordem militar, além de membro do Instituto Histórico e Etnográfico do Brasil durante a existência destes órgãos. Marques foi o escolhido para realizar uma enciclopédia da história maranhense.

²⁰ Politicamente subordinado ao Reino do Brasil e, posteriormente, ficando sob os mandos do império. O governo provincial ficava encarregado de legislar por esta região.

²¹ Comunidades fraternais que tinham como fim a satisfação espiritual dos seus membros. Estas teriam surgido durante a baixa idade Média com a instalações das primeiras freguesias e capelas. Também seriam as responsáveis por realizarem os sepultamentos, pois tinham a legitimidade para encaminha o defunto a uma boa morte – negócio lucrativo.

irmandades sentiram-se prejudicadas e começaram a pressionar o governo imperial para conceder licenças para a construção dos cemitérios:

“[...] 21 de novembro de 1830, e com as outras providencias acima mencionadas, algumas irmandades julgando-se prejudicadas [por terem perdido a autonomia dos sepultamentos nos membros dos cristos] requereram ao governo imperial licença para também estabelecer seus cemitérios, porém nada alcançaram”. (MARQUES, 1870, p. 129).

Percebe-se que ainda que comece a haver uma legislação em busca da dessacralização e da higienização da morte, as entidades que eram as responsáveis pelas igrejas e os sepultamentos in urbe não queria aceitar perder seu poder sobre como e onde sepultar os mortos.

Portanto, torna-se necessário que se perceba que os cemitérios maranhenses, ou seja, os cemitérios compreendidos com a cidade dos mortos, por assim dizer, fechado e com um ideal de organização, não deixara por completo de possuir seu ideal sagrado. Nesse sentido, além dos sepultamentos por algum tempo serem de responsabilidade das irmandades, dentro dos espaços deveria haver uma edificação para representar o ideal religioso. Fazia-se necessário que a morte continuasse “protegida” de alguma forma, pela lógica das autoridades da época. Normalmente, esta forma seria a edificação ou representação de uma igreja/capela dentro do cemitério.

Com efeito, esta se tornaria indispensável para garantir o ideal de boa passagem. Para tanto, ficou decidido, através das pressões das irmandades maranhenses, dos líderes religiosos e dos governantes da época, que dentro dos cemitérios haveria uma capela para que os santos fossem lembrados. Esta seria uma forma de seguir as tradições dos cemitérios como os mais antigos e suntuosos, como vemos na imagem a baixo, no Cemitério La Recoleta, em Buenos Aires, por exemplo.



Figura 0: Túmulos do Cemitério La Recoleta (Buenos Aires). Fonte: Própria, 2017.

Vejamos a seguir, que Marques (1870) fala sobre a deliberação feita por parte da câmara municipal de São Luís, em 1804, quanto a edificação das Capelas dentro dos cemitérios: “Resolveu-se em sessão de 4 de novembro de 1804, que se fizesse dentro do cemitério uma pequena capella com o seu alpendre”. (MARQUES, 1870, p. 129).

As terras que conhecemos como Codó, são terras que se originaram da confluência das terras os índios Urubu e das terras da Aldeia da Paz de São Miguel²².

Pensando na perspectiva de Codó, que em 1861 ainda era uma vila pertencente ao município de Caxias, cidade vizinha a este e teria prosperado logo no início do século XIX, teria sido erigido o primeiro cemitério – cemitério com muros e organização definida - pertencente à cidade de Codó. De acordo com o *Dicionário histórico-geográfico da província do Estado do Maranhão (1870)*, aquilo que seria o primeiro cemitério desta cidade estaria ligado à irmandade de Nossa Senhora dos Remédios. Marques (1870), afirma:

[...] nomez de junho de 1861 deu principio a edificação de um cemitério, sendo colocada a primeira pera pelo pedreiro leocadio Lopes de Carvalho.

Foi benzido em 14 de junho de 1862 pelo padre Raimundo João Moraes Duarte, e a sua cepella em 15 de agosto do mesmo ano”. (MARQUES, 1870, p. 127).

²² Aldeamentos criados pelo Padre Antônio Viera assim da sua chegada em terras maranhenses em meados do século XVII, para facilitar o processo de catequização dos índios.

O atual território do município de Codó teria se originado à margem direita do rio Itapicuru, segundo o professor João Batista Machado²³ (1999), este teria sido o local que os portugueses teriam decidido se alojar para o processo de catequização dos índios da região. Na época as tribos que aqui se faziam presente têm a tribo Urubu, Timbira, Guanarés e Barbados²⁴.

Neste território que era bastante próspero teria vindo de Portugal o comerciante Luís José Nicolau Henrique²⁵, que ficou conhecido vulgarmente como Pau Real devido exercer entre outras atividades a de madeireiro. Este teria sido o responsável pela construção da primeira Igreja na vila do Codó. Tal Igreja seria em homenagem à Santa Filomena. Esta igreja seria fruto de uma promessa, segundo Machado (1999), feita pelo comerciante para a santa que se saísse vivo de um conflito em que teria se envolvido com escravos foragidos ergueria uma capela em homenagem à ela. E, por detrás desta teria construído aquele que seria o primeiro cemitério em terras propriamente codoenses.



Figura 11: Igreja Santa Filomena (fundação em 1852). Fonte: Google Earth, 2018.

²³ Considerado o maior escritor codoense, escreveu algumas obras que ajuda a contar os fragmentos histórico desta cidade.

²⁴ Estas são algumas das tribos mencionadas no trabalho de Machado (1999) e de Marques (1870), podendo haver outros grupos indígenas.

²⁵ Comerciante português que chegara em terras codoenses em 1820, de acordo com o professor Machado (1999). Este teria sido o responsável por trazer prosperidade às terras codoenses em seus tempos idos, sendo o maior comerciante da época por manter relações comerciais diretamente com Portugal. Seu Vulgo seria fruto de uma de suas principais atividades econômicas – a madeireira.

Salienta-se que o cemitério erigido por Pau Real, ainda possuía um ideal total de sacralização, onde o mesmo estava localizado nos fundos de uma igreja, como nos afirma D. Fátima. Esta relata que o Sr. Pau Real teria construído a igreja para que fossem sepultadas pessoas próximas a sua família, tendo em vista, que pelo que se sabe até agora, o cemitério mais próximo seria na Cidade de Caxias. Por ser um homem europeu, religioso e conhecedor das práticas ritualistas sagradas que envolviam a morte, decidiu criar aquilo que seria um cemitério nos moldes Europeus do sagrado.

Assim, este que seria o primeiro cemitério da cidade ficava localizado na parte que era considerada a parte alta de Codó. E, era utilizado para sepultamentos de pessoas próximas à família de Pau Real. Inclusive o mesmo teria sido enterrado neste e posteriormente seus restos mortais teriam sido levados para o altar da igreja matriz desta cidade. O terreno que compreende o espaço deste cemitério fica localizado, onde atualmente é a Rua Albertina Bayma, por detrás da igreja de Santa Filomena, como nos afirma D. Rita. De acordo com a fachada da igreja, esta e o cemitério teriam sido erguidos ainda no século XIX, por volta de 1852, como se observa na imagem acima.

Com o passar do tempo o governo provincial teria pedido à Pau Real o terreno que compreendia a Igreja de Santa Filomena. Assim, Pau Real cedeu o espaço com a condição de que Santa Filomena também se tornasse padroeira desta cidade – acordo feito – daí a justificativa de a cidade de Codó ter duas padroeiras – a saber: Santa Rita e Santa Filomena.

Pau Real teria sido um homem muito importante para esta cidade, tanto por ser um homem economicamente muito influente, e por manter relações comerciais diretamente com Portugal, como por fazer parte da construção da história deste povo. Um homem revestido de atos de “bravuras, heroísmo e possuidor de um espírito religioso”, como nos afirmam d. Rita e D. Fátima, assim como se percebe na leitura do livro *Codó, histórias do fundo do baú*, do professor João Batista Machado.

Ainda de acordo com Machado (1999), a promessa de erguer a capela em homenagem à santa teria surgido de que se o mesmo saísse vivo do conflito com os negros que se encontravam em condição de escravos, ergueria o templo. Dito e feito:

Certa vez, procedente de uma de suas fazendas, entra em uma luta com negros foragidos, aliados a índios selvagens. Deste entrelaço resultaram várias perdas humanas. O comendador (Pau Real), possuidor de espírito

religioso, mandou edificar no local onde houve o conflito uma capela em homenagem à Santa Filomena. (MACHADO, 1999, 27).

Como para todos os seres vivos, um dia a morte chega. Esta quando chegara para Pau Real teria lhe reservado um local particular. Quando do seu falecimento, Pau Real teria sido sepultado no cemitério de Santa Filomena, de acordo com Machado (1999). Porém, em 1910, teria sido transportado os seus restos mortais para o altar da Igreja Matriz de Codó. Este traslado teria sido acompanhado por diversas personalidades da época, entre elas estavam padres, políticos, dentre outros.:

Depois de uma existência dedicada ao trabalho, faleceu Pau Real, na época maior expressão política de Codó, cercado do respeito dos seus contemporâneos.

Foi sepultado no cemitério de Santa Filomena, localizado ao lado da igreja de igual nome. Mais tarde, em 1910, foram transportados os seus restos mortais para a Igreja Matriz, em sepultura aberta sob o altar de Nossa Senhora dos Remedios, quando na ocasião foi identificado por personalidades representativas da comunidade codoense [...] que tiveram suas assinaturas recolhidas em pergaminho e colocadas no ataúde que guarda o corpo do comendador. (MACHADO, 1999, p. 27).

Nota-se que o comendador Pau Real teria sido trasladado de sua sepultura sagrada ao lado da igreja de sua fundação, para o local mais nobre desta cidade na época – o altar da igreja matriz. Isto teria ocorrido num período em que o ideal de higienização das cidades já estavam bastante avançados, o próprio Código Sanitário já estava sendo colocado em prática havia mais de cinco anos. De qualquer forma, “repousa Luís José Nicolau Henrique num local sagrado da cidade, que ajudou a construir, desde 1820, quando se estabeleceu em terras codoenses” (MACHADO, 1999, p. 27).

Pensando a partir da perspectiva de Vissière (2013), Pau Real teria sido, em Codó, aquele que cobrara o seu lugar por direito. Pois, ali no altar era o lugar das lideranças religiosas e dos grandes afortunados. A partir da definição das moradas dos mortos o autor afirma: “o átrio ou adro no terreno das igrejas”. (VISSIÈRE, 2013, s/p).

Como a Igreja Matriz sempre esteve localizada próximo daquilo que podemos chamar de centro da cidade, a morada dos mortos esteve próximo do centro, permitindo o convívio pacífico entre vivos e mortos, nas palavras do autor: “Com isso, a morada dos mortos passou a ser o centro das cidades e aldeias, num estreito convívio com os vivos”. (VISSIÈRE, 2013, s/p).

Não sabemos afirmar ao certo o processo de consolidação do terreno da Igreja Matriz quanto a quando esta passou a ser o local dos sepultamentos, nem por quanto tempo esta permaneceu com vital função organizacional da época. No entanto, sabemos que além da transferência dos restos mortais de Pau Real, houve diversos outros sepultamentos dentro desta. Seja em seu altar ou em seu arredor, tendo em vista que dentro desta, compreendendo uma de suas paredes, havia um espaço destinado para tal fim. Tal espaço era compreendido como um quintal, este espaço era destinado exclusivamente ao despojamento dos mortos, considerados mais nobres.

Como afirma Ariès (1975), pode-se então imaginar o cemitério tal como existia na Idade Média e ainda nos séculos XVI e XVII, até a Idade das Luzes, como era a pretensão inicial das práticas fúnebres em Codó. A descrição de como o autor fala dos cemitérios tradicionais religiosos nos dá uma noção de como seria o cemitério que funcionara na Igreja Matriz de Codó, tendo em vista que ele era:

Constituído do pátio retangular da Igreja, cuja parede ocupa, geralmente, um de seus lados. Os outros três são frequentemente guarnecidos de arcadas ou de carneiros. Acima dessas galerias ficam os ossuários onde crânios e membros são dispostos com arte – a busca de efeitos decorativos com os ossos resultará, em pleno século XVIII, na criação barroca e macabra de imagens que se pode ver ainda, em Roma, por exemplo [...]”. (ARIÈS, 1975, p. 24).

Não se pretende aqui afirmar que o terreno da Igreja que era destinado aos sepultamentos em Codó eram iguais aos de Roma, por exemplo, ou do qualquer outro cemitério europeu de séculos atrás, quer-se dizer que a configuração do espaço destinado aos sepultamentos apresentavam as mesmas configurações e representações destes citados pelo autor.

A Igreja Matriz de Codó teria passado por diversas reformas. A principal causa de tais reformas teria sido devido as enchentes que quando chegavam destruíam boa parte da estrutura da igreja. Assim sendo, a última grande reforma aconteceu na década de 1950. De acordo com o livro de tombo²⁶, tal reforma teria trocado a igreja de lugar, fazendo com que o local que era utilizado como cemitério perdesse o ideal. E com o

²⁶No decorrer do ano de 2017 o autor desta pesquisa participou de um grupo de investigação que visavam trabalhar história demográfica e o mesmo teria optado por trilhar outros caminhos na pesquisa. Enquanto que os demais pesquisadores estavam se debruçando sobre os livros de batismos, casamentos e outros, o mesmo buscava o livro de óbitos, porém, como não havia o livro este decidiu pesquisar a partir do livro de tombo buscando seguir os rastros da morte na igreja, porém, percebe-se que o ideal higienistas que o autor do livro de tombo empreendeu sobre a morte apagou os registros da morte na mesma.

passar dos anos este teria sido desconfigurado restando apenas alguns resquícios da história dos enterramentos que havia acontecido ali, como veremos a seguir.

Todavia, como o livro de tombo não exhibe registros da morte na igreja, através da pesquisa de campo foi possível identificar alguns outros elementos que indicam a presença da morte dentro daquele espaço confirmando as hipóteses iniciais desta pesquisa. Por exemplo, segundo alguns ex-administradores da Paróquia de Santa Rita e Santa Filomena, que hoje se encontra localizada em uma parte do terreno que era a primeira Igreja Matriz, afirmam que quando realizaram reformas nos espaços que compreendem a paróquia, teriam encontrado as pedras que eram utilizadas para tampas dos túmulos além de restos mortais que foram encontrados a partir das escavações que ocorreram durante as reformas.

Duas das pedras das sepulturas encontradas no terreno da igreja foram fixadas na parede que divide a paróquia da casa paroquial como se observa na imagem que segue: uma das sepulturas seria de um padre e a outra de uma mulher da cidade. Infelizmente não há como realizar a identificação das mesmas de forma mais precisa:

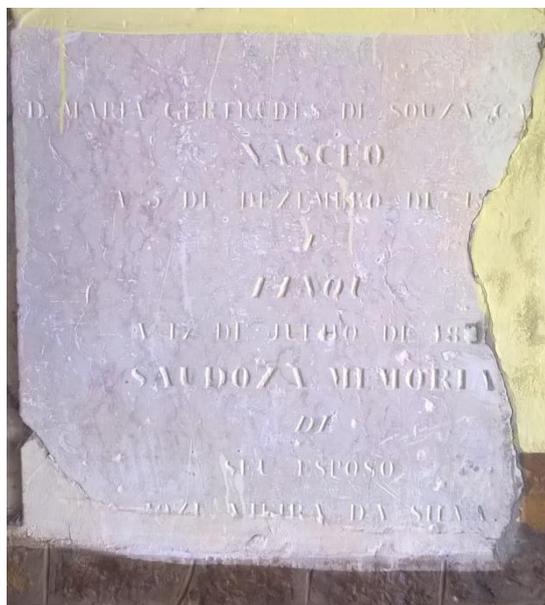


Figura 12: Imagem da tampo de túmulo encontrada na Igreja Matriz. Fonte: Própria: 2016.



**Figura13: Imagem da tampo de túmulo encontrada na Igreja Matriz, possivelmente de um padre.
Fonte: Própria, 2016.**

Como se observa, o surgimento do cemitério e a profanação da morte em Codó ainda são permeados de lacunas, porém existem pesquisadores que tentam responder aos vazios deixados ao longo do tempo. Esta pesquisa objetivou responder algumas das perguntas que se fez em relação ao processo do morrer na cidade, bem como dar visibilidade a essa questão.

Como em meados do século XIX a cidade de Codó ainda continuava com o *status* de vila prospera, esta já teria seu primeiro cemitério sob o ideal de sacralização. Este primeiro cemitério teria surgido aos fundos da Igreja de Santa Filomena, construído por um rico comerciante. Entretanto, a partir do século XIX a morte irá passar por diversas modificações, incluindo o comprometimento de seu ideal sagrado, o que designamos de ideal de sua profanação.

Importante notar que em Codó entre o final do século XIX e início do século XX irá surgir aquele que seria o primeiro cemitério nos moldes de dessacralização, como vimos no decorrer deste capítulo. Desta forma, ainda que se tenha percebido os sepultamentos fora da cidade, ainda hoje é comum que se tenha o hábito de sepultamentos dos membros do cristo em interiores de igreja. Nesse sentido, em Codó, em pleno ano de 2017 tivemos o caso do padre que fora sepultado na Igreja de São Pedro, prática esta comum em outros tempos, mas que já não é mais a regra, por assim dizer.

Ressalta-se que no Estado do Maranhão, mas que de forma mais incisiva somente em 1904 que teríamos a aplicação de um Código Sanitário que buscava regulamentar as práticas sanitárias no Estado e que refletiram nas demais cidades.

Assim, na continuação deste processo de dessacralização da morte, mesmo com suas representações sociais diferentes de outrora, percebe-se que ainda hoje este ideal da necessidade de um templo religioso/capela dentro do cemitério para manter os mortos próximos aos membros de cristo ainda é presente, porém, passa a ser questionado e remodelado com o surgimento do primeiro cemitério jardim da cidade – o Cemitério Monte Sinal.

Assim, é importante considerar que o processo de profanação da morte marca o comprometimento da tendência e o costume da prática de sepultar as pessoas nas criptas das igrejas católicas, que foram criticadas, como vimos, por razões sanitárias desde 1820. A secularização do sepultamento também representou o fim do hábito de marcar a posição social dos falecidos por meio de sua localização no interior das igrejas, mais ou menos próxima do altar. Os cemitérios inauguraram um novo costume, uma nova representação, uma nova prática cultural mais profanada em relação a seus mortos.

Nota-se, por fim, que esta caminhada no sentido da dessacralização da morte parece não ter mais volta, tendo em vista que as sociedades com o passar dos tempos se tornaram mais racionalizadas aumentando a necessidade de se esconder a morte das sociedades, principalmente pela influencia do capitalismo – “pessoas que pensam seu fim são pessoas tristes e não consomem”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa trilhou sua reflexão com a abordagem teórica sobre as concepções de morte. Inicialmente analisando a morte domada proposta por Ariès. Nesse sentido, buscou-se suscitar uma discussão acerca do imaginário fúnebre e das práticas mortuárias e, por consequência analisou-se a mudança de sensibilidade no diz respeito a morte no Ocidente, no Brasil do século XIX e da cidade de Codó – MA.

Com efeito, ainda que a morte tenha sido vivenciada sob o prisma da morte domada durante vários séculos, observou-se que o processo do morrer como prática social era constante, embora, não desejado, pois se queria viver, principalmente no contexto da Idade Média, em que as posturas, o imaginário e até a morte esteve sob a égide da Igreja Católica e de sua distribuição de tormentos. Nesse sentido, o ideal seria uma vida em que pudesse preparar-se para a morte.

No entanto, a partir do século XVII começará a se constituir uma nova sensibilidade que irá romper com esta lógica. O discurso medico-higienista irá fazer com que se constitua uma nova mentalidade que modificará o local da morte, deixando de ser o quarto do moribundo, para o leito do hospital, idealizando uma morte solitária, individualizada e subjetiva. Essa repercute no caráter de profanação do processo.

Por fim, buscou-se compreender as influências desse processo sobre a cidade de Codó e os seus ritos da morte, principalmente a partir da escolha do objeto empírico do Cemitério Campo Santo. Compreendendo que o resultado dessa característica da dessacralização da morte se misturaria com o próprio surgimento do cemitério. Percebeu-se que este surgimento teria modificado o trato da morte nesta cidade, retirando os sepultamentos de dentro das igrejas e passando estes para o lugar adequado e higiênico, sendo o Campo Santo o primeiro além dos demais cemitérios que surgiram como expressões de uma nova sensibilidade fúnebre.

6. REFERÊNCIAS

_____. **Sobre a Morte e o Morrer**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

ARIÈS, Philippe. **A História da Morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Compreender**. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do mundo*. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

BOURDIEU, Pierre. **Introdução a uma sociologia reflexiva**. In: *O poder simbólico*; tradução de Fernando Tomaz – 4° ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2001.

CAMPOS, Ana Paula Silva. **Avaliação potencia de poluição no solo e nas águas subterrâneas decorrente da atividade cemiterial**. São Paulo, 2007.

CAPUTO, Rodrigo Feliciano. O homem e suas representações sobre a morte e o morrer: um percurso histórico. **Revista multidisciplinar da UNIESP. SABER ACADÊMICO** - n° 06 - Dez. 2008/ ISSN 1980-5950.

CARVALHO, Hugo Pereira de. **A inclusão do cemitério no espaço da cidade**. Lisboa, FAUTL, Janeiro, 2012.

COE, Agostinho Júnior de Holanda. **A morte e os mortos na sociedade ludovicense (1820-1855)**. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2005.

DEBERT. Guita Grin / GOLDSTEIN. Donna M. (orgs) **Políticas do Corpo e o Curso da Vida**. São Paulo: Sumaré, 2000.

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente**. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

DUBY, Georges. **Ano 1000 ano 2000 na pista de nossos medos**. Editora UNESP. São
DURKHEIM, Émile. **Representações Individuais e Representações Coletivas**. Sociologia e Filosofia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970.

ELIAS, N. **A solidão dos moribundos, seguido de, Envelhecer e morrer.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos seguido de envelhecer e morrer e morrer.** Rio de Janeiro: editora Jorge Zahar, 2001.

FERREIRA, Maria da Gloria Rocha. **Roteiro para proposta de pesquisa.** Ciências humanas em revista. São Luís, 2003.

FONSECA, Cláudia. **Quando um caso não é um caso** – etnografia e educação, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GURGEL, Wildoberto Batista. **Direitos sociais dos Moribundos: Avaliação das políticas de assistência ao moribundo nas sociedades capitalistas contemporâneas.** (Tese de doutorado em Políticas públicas da Universidade Federal do Maranhão) 2007.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Sociologia da emoção o Brasil urbano sob a ótica do luto.** Editora vozes. Petrópolis 2003.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

LOPES, Anne Caroline Nava. **Dessacralização da morte: O advento do cemitério na cidade de São Luís – MA.** Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2007.

LOPES, Anne Caroline Nava. **Finitude humana e rearranjos da sensibilidade fúnebre: das “belas mortes” às mortes selvagens.** Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2008.

MACHADO, João Batista. **Histórias do fundo do baú.** Codó: FACT/UEMA, 1999.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MENEZES, Rachel Aisengart. **Em Busca da Boa Morte Antropologia dos cuidados paliativos.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

- MORIN, Edgar. **O Homem e a Morte**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- NEVES, Ednalva Maciel Neves. **Alegorias sobre a morte: a solidariedade familiar na decisão do lugar de “bem morrer”**. Caderno Pós Ciências Sociais, v. 1, n° 2, São Luís, 2004.
- RIBEIRO, Dimas dos Reis. **Cemitério sem mistérios: a arte tumular do sul de Minas – 1890 a 1925 – região dos Lagos de Furnas**. Ed. Alterosa. Minas Gerais, 2006.
- RINALDI, Doris. **A Finitude Humana: Algumas reflexões sobre o tema da morte**. In Serviço Social e Sociedade n°. 51: Cortez, Rio de Janeiro, 1996.
- RODRIGUES, José Carlos. **O Tabu do Corpo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.
- RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da Morte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- SABIRÓN, F. (2001). **Estructura de un proyecto de investigación en Etnografía de la Educación (I)**. Revista Europea de Etnografía da Educação. 1. pp. 27 – 42.
- SANTA BÁRBARA, Maria Leonor. **REPRESENTAÇÕES DA MORTE NA LITERATURA GREGA**. p. 2. In: EPICURO, Carta a Heródoto (D.L. X. 125). p. Online.
- THOMAS, Louis-Vicent. **Antropologia de La Muerte**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- VISSIÈRE, Séverine Fargette. **Os animados cemitérios medieval**. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/os_animados_cemiterios_medievais.html> . Acesso em out. de 2017.
- VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- VOVELLE, Michel. **Imagens e Imaginário na História: Fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX**. São Paulo: Ática, 1997.
- ZIEGLER, Jean. **Les vivants et la mort: essai de sociologie**. Editora Seuil. Paris, 1972.

